

Raimundo Carvalho Moura Filho



O Labor do Mercador Medieval (Século XIII)



AYA EDITORA

2023

Raimundo Carvalho Moura Filho

O labor do mercador medieval (Século XII)

Ponta Grossa

2023



Aos nossos olhos, aos nossos olhos imperfeitos de historiadores que tateiam na bruma, espreitando vestígios quase completamente apagados.

Georges Duby

Direção Editorial

Prof.º Dr. Adriano Mesquita Soares

Autor

Prof.º Me. Raimundo Carvalho Moura Filho

Capa

AYA Editora©

Revisão

O Autor

Executiva de Negócios

Ana Lucia Ribeiro Soares

Produção Editorial

AYA Editora©

Imagens de Capa

br.freepik.com

Área do Conhecimento

Ciências Humanas

Conselho Editorial

Prof.º Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva
Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof.º Dr. Aknaton Toczec Souza
Centro Universitário Santa Amélia

Prof.ª Dr.ª Andréa Haddad Barbosa
Universidade Estadual de Londrina

Prof.ª Dr.ª Andreia Antunes da Luz
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Argemiro Midonês Bastos
Instituto Federal do Amapá

Prof.º Dr. Carlos López Noriega
Universidade São Judas Tadeu e Lab. Biomecatrônica - Poli - USP

Prof.º Me. Clécio Danilo Dias da Silva
Centro Universitário FACEX

Prof.ª Dr.ª Daiane Maria De Genaro Chirolí
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Danyelle Andrade Mota
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Déborah Aparecida Souza dos Reis
Universidade do Estado de Minas Gerais

Prof.ª Ma. Denise Pereira
Faculdade Sudoeste – FASU

Prof.ª Dr.ª Eliana Leal Ferreira Hellvig
Universidade Federal do Paraná

Prof.º Dr. Emerson Monteiro dos Santos
Universidade Federal do Amapá

Prof.º Dr. Fabio José Antonio da Silva
Universidade Estadual de Londrina

Prof.º Dr. Gilberto Zammar
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Helenadja Santos Mota
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, IF Baiano - Campus Valença

Prof.ª Dr.ª Heloísa Thaís Rodrigues de Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof.ª Dr.ª Ingridi Vargas Bortolaso
Universidade de Santa Cruz do Sul

Prof.ª Ma. Jaqueline Fonseca Rodrigues
Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Jéssyka Maria Nunes Galvão
Faculdade Santa Helena

Prof.º Dr. João Luiz Kovaleski
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. João Paulo Roberti Junior
Universidade Federal de Roraima

Prof.º Me. Jorge Soistak
Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. José Enildo Elias Bezerra
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Campus Ubajara

Prof.ª Dr.ª Karen Fernanda Bortoloti
Universidade Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Leozenir Mendes Betim
Faculdade Sagrada Família e Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.ª Ma. Lucimara Glap
Faculdade Santana

Prof.º Dr. Luiz Flávio Arreguy Maia-Filho
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof.º Me. Luiz Henrique Domingues

Universidade Norte do Paraná

Prof.º Dr. Milson dos Santos Barbosa

Instituto de Tecnologia e Pesquisa, ITP

Prof.º Dr. Myller Augusto Santos Gomes

Universidade Estadual do Centro-Oeste

Prof.ª Dr.ª Pauline Balabuch

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Pedro Fauth Manhães Miranda

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof.º Dr. Rafael da Silva Fernandes

*Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus
Parauapebas*

Prof.ª Dr.ª Regina Negri Pagani

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.º Dr. Ricardo dos Santos Pereira

Instituto Federal do Acre

Prof.ª Ma. Rosângela de França Bail

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais

Prof.º Dr. Rudy de Barros Ahrens

Faculdade Sagrada Família

Prof.º Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares

Universidade Federal do Piauí

Prof.ª Dr.ª Silvia Aparecida Medeiros

Rodrigues

Faculdade Sagrada Família

Prof.ª Dr.ª Silvia Gaia

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Sueli de Fátima de Oliveira Miranda
Santos

Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof.ª Dr.ª Thaisa Rodrigues

Instituto Federal de Santa Catarina

© 2023 - AYA Editora - O conteúdo deste Livro foi enviado pelo autor para publicação de acesso aberto, sob os termos e condições da Licença de Atribuição *Creative Commons* 4.0 Internacional (CC BY 4.0). As ilustrações e demais informações contidas neste Livro, bem como as opiniões nele emitidas são de inteira responsabilidade de seu autor e não representam necessariamente a opinião desta editora.

M929 Moura Filho, Raimundo Carvalho

O labor do mercador medieval (Século XII) [recurso eletrônico]. /
Raimundo Carvalho Moura Filho. -- Ponta Grossa: Aya, 2023. 73 p.

Inclui biografia

Inclui índice

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-5379-281-4

DOI: 10.47573/aya.5379.1.153

1. Idade Média – História. 2. Trabalho - Europa - História - Até 1500. 3.
Civilização medieval História social - Idade Média, 600-1500. I. Título

CDD: 940.1

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Bruna Cristina Bonini - CRB 9/1347

**International Scientific Journals Publicações
de Periódicos e Editora LTDA**

AYA Editora©

CNPJ: 36.140.631/0001-53

Fone: +55 42 3086-3131

WhatsApp: +55 42 99906-0630

E-mail: contato@ayaeditora.com.br

Site: <https://ayaeditora.com.br>

Endereço: Rua João Rabello Coutinho, 557
Ponta Grossa - Paraná - Brasil
84.071-150

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais: foram e são as bases, no sentido amplo do termo, para o encaminhamento e a conclusão deste trabalho;

Agradeço ao professor Fabrício pelo incentivo durante graduação e pela oportunidade de ingressar no grupo de pesquisa NEMHAM;

Agradeço todos os professores e professoras que fizeram parte da minha formação inicial na UEMA, depois UEMASUL. Não esqueço jamais das professoras da UFG, durante o curso de mestrado, e dos professores da UFRRJ, durante o (presente) doutorado.

Espero que este livro seja útil a todos que se interessam pela cultura medieval, em particular a vida sociocultural dos mercadores. Muitas vezes estereotipados, neomedievalizados, permanecem como grupo heterogêneo que desafia o presentismo moderno.

DEDICATÓRIA

Dedico ao amigo Davi Guimarães (*In memoria*), que combateu o bom combate, terminou a corrida e guardou a fé.

O mestre cisterciense Aelredo de Rievaulx diria que a nossa amicitia é verdadeira. Sigamos por esse vínculo eterno.

PREFÁCIO

Formados por uma tradição historiográfica erigida sobre a lógica dos “recortes”, os docentes de história medieval das universidades brasileiras costumavam planejar seus cursos distribuindo o conteúdo entre uma parte dedicada à história política, outra à história da cultura e uma terceira à história econômica. A despeito das exceções, esse comportamento mais ou menos generalizado justifica-se: quando estudantes, muitos tiveram aulas que seguiam a mesma lógica. Contudo, a renovação na historiografia tem recentemente influenciado uma nova geração de medievalistas e feito surgir cursos cada vez mais inovadores e condizentes com o tempo que vivemos: a desconstrução atrelada ao rótulo generalista de pós-moderna e suas diferentes “viradas” (da já cansada “virada linguística” a mais jovem e mais disposta “virada decolonial”), os estudos de gênero e a teoria *queer*, as possibilidades do campo chamado de humanidades digitais, a noção de Idade Média Global, até mesmo o recente interesse pela História Pública e o uso de memes em pesquisas na área, tudo isso tem modificado o antigo padrão no ensino de história medieval em cursos de graduação em História no Brasil. Mas, independente desse cenário (positivo, a meu ver), aqueles que queiram privilegiar os “recortes” supramencionados costumam esbarrar em um obstáculo: o relativo abandono da história econômica entre os medievalistas.

A enorme influência da Nova História francesa e seu enfoque nos aspectos culturais, bem como o crescente desinteresse pela abordagem marxista das relações produtivas, tem feito com que os temas que rotulamos de “sócio-econômicos” (mas que se pode, sem ferir o preciosismo da terminologia, chamar de aspectos materiais da existência) escasseiem no âmbito das pesquisas mais recentes. Como abordar esse recorte sem recorrer a uma historiografia datada? Se a produção em língua estrangeira não é traduzida e, por aqui, estamos quase todos chafurdados na história da cultura e das relações de poder, não é muito fácil manter vivo o interesse por temas como trabalho, relações de produção, dinheiro, comércio.

Felizmente, este livro é um exemplo de que temáticas aparentemente esquecidas ainda podem surpreender - e sendo o autor um jovem e promissor medievalista é algo que renova ainda mais nossas expectativas. Que as considerações anteriores sobre o lugar dos aspectos econômicos e a predominância do olhar voltado às representações não iludam o leitor: não se trata aqui de um estudo de história econômica *stricto sensu*. O que temos em mãos é um

estudo sobre o imaginário social acerca dos mercadores. Todavia, é um estudo no qual o autor se preocupa em amarrar as pontas da trama. Estão amarradas questões como o contexto (não só do período abordado, mas também do período anterior, denotando a preocupação com a compreensão geral do fenômeno), o acesso às fontes e a produção de discurso. Obviamente, isso tudo associado aos resultados da análise permite ao autor apresentar um estudo honesto e maduro. Considerando-se os limites do tempo (visto que se trata do produto de uma pesquisa de graduação) e da experiência, não há razão forte o suficiente para ignorar que, embora pisando no terreno da cultura, o autor acerta ao resgatar essa figura, o mercador. Ao mesmo tempo arquétipo e personagem histórico, essa figura com a qual nos familiarizamos a partir dos textos de Jacques Le Goff permite a interseção entre uma abordagem do imaginário e uma ancoragem nos aspectos materiais das trocas e da subsistência.

Como sempre fazemos no meio acadêmico ao nos deparar com algo promissor, resta apenas registrar meus votos para que abordagens como a deste livro possam inspirar mais pesquisas similares. Pode até parecer, em um *coup d'oeil* superficial, que os estudos medievais no Brasil não fazem mais do que repetir o que já sabemos, mas se atentarmos para a originalidade com que os medievalistas brasileiros solucionam suas questões de pesquisa, verificaremos o tamanho do potencial que temos para inovar e servir de exemplo.

Prof.º Dr. Marcelo Santiago Berriel

Professor Associado de História Medieval da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

PREFÁCIO 9

INTRODUÇÃO 13

**O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ALTA
IDADE MÉDIA..... 17**

O crescimento econômico na Alta Idade Média ..
..... 18

**A ATIVIDADE PROFISSIONAL DO
MERCADOR ITINERANTE NO SÉCULO XII
..... 31**

O mercador itinerante 31

A atividade profissional do mercador itinerante: a
especulação financeira, as feiras, a associação
mercantil e o comércio marítimo. 33

A associação de mercadores itinerantes:
militarismo, comércio e fidelidade para com os
companheiros. 34

A especulação financeira 36

As feiras 37

O comércio marítimo 39

**A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL
SOBRE OS MERCADORES NA BAIXA
IDADE MÉDIA NO SÉCULO XII 44**

Aspectos da dominação e controle da Igreja sobre
os mercadores: a proibição da usura..... 49

As circunstâncias econômicas e sociais: a aceitação do mercador	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	62
REFERÊNCIAS.....	66
Documentação textual	66
Obras de Orientação Teórico-metodológicas:..	66
Obras de orientação historiográfica	66
SOBRE O AUTOR	68
ÍNDICE REMISSIVO	69



INTRODUÇÃO

Em *O mercador de Veneza*, escrita pelo dramaturgo William Shakespeare no final do século XVI, Antônio é um mercador cristão cujos negócios não iam bem. A fim de ajudar seu amigo Bassânio que precisava de dinheiro para um dote, Antônio teve que recorrer a Shylock, um judeu rico. Em um diálogo entre os dois, o tema central é a questão do empréstimo a juros. Esse mesmo tema, durante a Idade Média, e sobretudo a partir do século XI, quando o comércio foi incrementado pelo crescimento urbano, e vice e versa, a Igreja buscou advogar contra o empréstimo a juros, sob a alegação de que dinheiro não poderia gerar dinheiro. Tendo afirmado que jamais emprestou sob tais condições, era exatamente o oposto de Shylock.

As duas personagens shakespearianas assinam um contrato de empréstimo. A dívida de três mil ducados deveria ser quitada em até três meses, sob a pena de um juro incomum: “uma libra de vossa bela carne, que do corpo vos há de ser cortada onde bem me aprouver”. (*Ato I, Cena III*, p.11). Chama atenção a negação do juro

virtualmente considerado como um lucro ilícito, por parte do mercador cristão que estava em busca de um empréstimo; enquanto Shylock praticava abertamente os juros e, não por acaso, é também estereotipado em diversas falas antissemitas, sendo associado ao “próprio diabo”, uma “espécie de demônio”, “um judeu infiel” (*Cena IV*, p.18).

Na Idade Média, essas imagens sobre os judeus foram fortalecidas pela perspectiva de desprezo para com o comércio adotada pela Igreja, que empreendeu uma ligação entre judeu e negócio. *Diaboli minister* (ministro do diabo) é a qualificação do mercador que levou são Guido de Anderlecht a dedicar-se a mesma profissão que a sua (LE GOFF, p. 95). Ao passo que a Igreja condenava o dinheiro, as mudanças sociais levaram cada vez mais ao seu emprego, recorrendo a mercadores e a homens de negócio de um modo geral para obtê-lo. Ainda que a perspectiva clerical recusasse os ganhos considerados ilícitos, que poderia incluir, além da cobrança de juro, a venda de um produto acima do preço que foi adquirido inicialmente, as transformações socioeconômicas exigiram do edifício feudal adaptações. O crescimento econômico no Ocidente latino estava associado a um conjunto de fatores, entre os quais os excedentes agrícolas, que proporcionaram produtos para o comércio, e a relação rural/cidade, que marcou o medievo. Essa relação despontou uma dinâmica na qual a cidade e o campo foram, desde a Alta Idade Média, mutuamente beneficiados, pois, a economia senhorial contribuiu para o crescimento demográfico.

Neste livro nos debruçamos sobre o modo de vida e a atuação dos mercadores na Idade Média. Nos três capítulos que seguem discute-se temas mais precisos: No capítulo 1, *O crescimento econômico na Alta Idade Média* à discussão sobre os indícios do crescimento econômico na Europa ocidental e a sua correlação com o ressurgimento das cidades e a retomada do comércio, em um período que com frequência foi tratado como o clímax de uma Idade da Trevas, justamente por sua escassez de fontes. Tal estado historiográfico pode ser questionado a partir da ampliação do conceito de fonte, ultrapassando os registros tradicionais, ou seja, considerar a assertivo de Marc Bloch (2002, p.54) sobre o registro da presença humana como algo aberto e apresentado de formas diversas.

Os vestígios sobre a presença humana, como a Arqueologia tem demonstrado por meio da Numismática, contribuem para a compreensão de como as moedas integraram o sistema econômico, evidenciando as rotas comerciais e as suas tecnologias. As conexões econômicas entre o Ocidente e o Oriente também pode ser discutidos a partir na numismática, que revelou a cunhagem bizantina como fundamental para a compreensão do comércio na Europa Ocidental (HENDY, 1985, p.279). A compreensão dessa realidade física e do texto (escrito e não escrito) como sendo dialógico¹, aponta para o processo de construção do imaginário social sobre os mercadores. Esse procedimento metodológico possibilitou o entendimento sobre em que contexto histórico se deu a ascensão dos mercadores e em que medida os discursos produzidos sobre esse segmento social buscavam reter as mudanças sociais.

No Capítulo 2, A atividade profissional do mercador itinerante no século XII é apontado e discutido os aspectos inerentes à atividade do mercador itinerante que passou a atuar na Europa Ocidental entre os séculos XI e XIII. A partir do testemunho A Vida de São Goderico a compreensão residiu em inserção do mercador nas transformações econômicas e a sua necessidade de associação com outros mercadores. A referida hagiografia foi escrita no século XII por Reginaldo, um monge beneditino que fazia parte da comunidade monástica do priorado de Durham, no norte de *Anglia* (atual Inglaterra).

A construção do imaginário social sobre os mercadores na baixa Idade Média no século XII é o Capítulo 3, no qual é analisado as representações coletivas sobre o mercador a partir do caso de Goderico de Finchale, que foi mercador durante boa parte de sua vida. Narra o seu hagiógrafo que após uma visão de São Cutedberto passou a ansiar pela vida eremítica, ou seja, viver como um solitário. O comércio era uma atividade dúbia frente ao um imaginário cristão que postulava a dissociação entre a salvação e o lucro que poderia ser percebido como injusto. Assim, as circunstancias e os motivos pelos quais o hagiógrafo nos deu a conhecer o lado mundano de Goderico e a sua conversão a uma vida religiosa (eremítica) postula a possibilidade de salvação,

¹ Segundo Carlo Ginzburg, a noção de texto dialógico, enquanto a aceção de que os discursos são um diálogo e que o discurso indireto é uma renovação de quem o cita, contribui para a análise sobre os aspectos relacionados aos conflitos sociais estabelecidos e percebidos através das múltiplas vozes evidenciadas na hagiografia sobre São Goderico (GINZIBURG, 1989, p.208).

mesmo para aqueles que estavam dedicados ao mundo terreno.

Espera-se que este livro possa contribuir para a compreensão da multifacetada e complexa sociedade medieval, ainda que possa ser tomado como um estudo sobre um tema específico: o labor dos mercadores. Não obstante, tem-se em vista que esse grupo humano não foi homogêneo, pois comportava em seu seio pessoas de origem social e religiosa diversas. A obra moderna de Shakespeare, citada na abertura desta introdução, é sintomático a esse respeito, ao evidenciar as tensões que permeavam o cotidiano do mercador, mas igualmente as solidariedades necessárias para a efetivação dos negócios. Essas imagens sobre os mercadores não estão isentas de estereótipos e visões que revelam mais sobre a aurora da Modernidade do que a Idade Média, e por isso devem ser confrontados com a pesquisa histórica, capaz de contextualizar e questionar eventos.



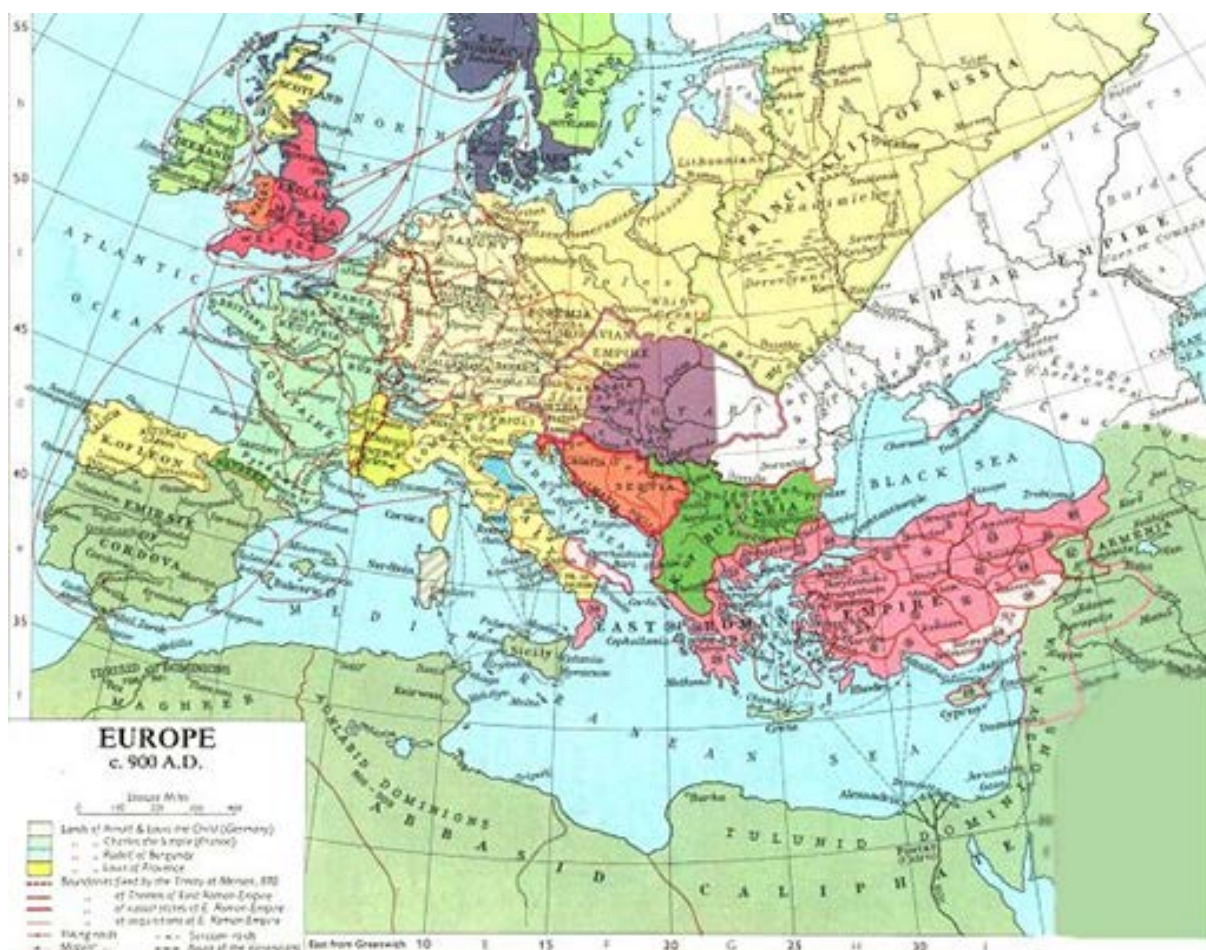
O CRESCIMENTO ECONÔMICO NA ALTA IDADE MÉDIA

O crescimento urbano e a intensificação das atividades comerciais entre os séculos XI e XII podem ser compreendidos como resultados de um mesmo processo: as transformações econômicas que se deram a partir do ano mil no Ocidente medieval latino.

Essas transformações incluíram, além do crescimento das cidades, o aumento populacional e agrícola, a elevação dos mercadores ao primeiro plano na dinamização do comércio interno e externo. Embora em menor quantidade durante a Alta Idade, nesse amplo período, que vai do século V ao X, os mercadores foram agentes ativos na economia, tendo contribuído na manutenção de feiras comerciais e transportes de mercadorias entre lugares, pertos e distantes. É por isso que, neste capítulo, a abordagem recai sobre os aspectos gerais da Alta Idade Média no que concerne à

participação dos mercadores.

Imagem I - Representação da Europa no século X



Fonte: Sourcebooks.fordham.edu Disponível em: <<https://sourcebooks.fordham.edu/maps/900eur.jpg>> Acesso em: 12/06/2022.

O crescimento econômico na Alta Idade Média

O historiador belga Henri Pirenne, nas primeiras décadas do século XX, lançou a tese, criticada já pelos seus contemporâneos, de que a função econômica das cidades romanas se manteve depois das invasões de povos para além do Danúbio, tendo conhecido um declínio a partir do estabelecimento de colônias pelos muçulmanos nas bordas do Mediterrâneo na Alta Idade Média. As conquistas muçulmanas enfraqueceram esse equilíbrio econômico, que era um aspecto central no argumento geral sobre a continuidade da Antiguidade. Com o bloqueio do Mediterrâneo pelos muçulmanos, a cristandade ficou impossibilitada de utilizar essa via marítima, o que teria resultado na redução das relações comerciais com o Oriente. As cidades teriam perdido sua função econômica e, no século IX, o Ocidente teria entrado na fase de

ruralização marcada por uma economia que tendia à subsistência. O movimento inverso, a ofensiva cristã, encaminhada através das Cruzadas a partir do século XI, liderada pelas cidades italianas, enfraqueceu os domínios islâmicos, o que ocasionou a retomada do crescimento econômico apenas no ano mil em diante (PIRENNE, 1966, p.36). Nessa perspectiva, a estagnação comercial e, em consequência, o fim da vida urbana na Europa Ocidental, foram efeitos diretos de influências exteriores. Embora as invasões germânicas tivessem contribuído para o fim do Estado romano do Ocidente, os reinos que se estabeleceram a partir do século V conservaram o caráter mediterrânico da Europa Ocidental, ou seja, a utilidade do mar Mediterrâneo enquanto via de comunicação com o Oriente. Segundo Henry Pirenne, a conservação dos traços gerais do mundo antigo – o caráter mediterrânico, as relações com Bizâncio - constituiu a base para a continuidade do comércio e das cidades após as invasões germânicas. (PIRENNE, 1973, p.17).

Com efeito, as cidades, que na perspectiva do autor foram heranças do Império Romano, conservaram a sua função econômica durante o período merovíngio². Nelas se mantiveram os mercados, reflexo da atividade econômica e também não desapareceram as instituições municipais. A atividade econômica de Marselha, na Gália merovíngia, atestada pela cunhagem de moedas e o estabelecimento de relações comerciais com a Síria, Constantinopla, Espanha, África e Itália, indicavam o prosseguimento da vida urbana e da importância do comércio marítimo.

O que Henri Pirenne considera como estagnação comercial e o fim da vida urbana na Europa Ocidental foi causado, assim, não pelas invasões germânicas, mas pela expansão muçumana no Ocidente. Estes estabeleceram domínios na Espanha, Córsega, Sardenha e Sicília. A irrupção provocou o fim do grande comércio, ou seja, o fim das relações comerciais entre o Ocidente e o Oriente. Em consequência, as cidades perderam a sua função econômica, deixaram de ser centros comerciais e não apresentavam mais uma atividade manufatureira voltada para o mercado internacional. Teria surgido assim dos domínios senhoriais autossuficientes que refletiam o

2 Para Henry Pirenne não obstante as invasões germânicas terem contribuído para o declínio do Estado Romano do Ocidente, os assim chamados reinos "bárbaros" que passaram a se estabelecer na Europa Ocidental a partir de meados do século V através da dinastia merovíngia, não pôs fim à utilização do Mediterrâneo como via de navegação e, conseqüentemente, houve uma manutenção do equilíbrio econômico herdado da Antiguidade. (PIRENNE, 1973, p.18).

afastamento da Europa Ocidental das grandes rotas comerciais. (PIRENNE, 1973, p.68).

Nos anos de 1920-30 a visão de “economia de casa fechada” esboçada por Henri Pirenne sobre a sociedade medieval antes das transformações econômicas do século XI foram relativizadas. Na década de 1940, ainda no campo da História Econômica, estudiosos como François Ganshof³ e Roberto Sabatino López se opuseram a uma das formulações fundamentais de Henri Pirenne: a de que o comércio, durante a Alta Idade Média e durante o Período Carolíngio, tenha sido anulado em consequência das invasões mulçumanas (BARROS, 2014, p. 48-49). Além do mais, é preciso considerar que houve uma reconfiguração do poder dentro da aristocracia, leiga e eclesiástica, com a qual veio somar os distúrbios no rescaldo das invasões do século IX.

As áreas de terreno inculto, cuja consequência imediata foi o aumento das florestas e a presença de animais selvagens na Alta Idade Média, devem ser consideradas contextualmente. Como alerta Umberto Eco (2010, p.207), a ideia de uma economia natural, desprovida de relações comerciais de compra e venda, é questionada. Apesar da tendência a autonomia, tanto das cortes como dos núcleos urbanos, havia um comércio local, representado sobretudo pelas feiras e pelo emprego do moedas no comércio direto. Para além do comércio local (caracterizado pela comercialização de excedentes da produção dos núcleos urbanos das cortes) liderado pelos *negotiatores*, outros tipos de mercadores, sobretudo os judeus e os árabes, se voltaram para o comércio de longa distância. Em um documento do século IX, que é atribuído a Ibn Khordadhbeh (?-913 d.C), um árabe que foi funcionário no Califado de Bagdá, é possível perceber alguns dos tipos mercadorias, que incluem pessoas escravizadas, conduzidas para o Ocidente:

Eles [os mercadores] viajam de oeste a leste, de leste a oeste, em parte por terra, em parte por mar. Eles transportam do oeste eunucos, escravos femininos e masculinos, seda, castor, marta e outras peles e espadas. Eles embarcam na terra dos francos, no Mar Ocidental, e dirigem-se para Farama (Pelusium). Lá eles carregam suas mercadorias nas costas de camelos e vão por terra para Kolzum (Suez) em cinco dias de viagem por uma distância de vinte e cinco *parasangs*. Eles embarcam no Mar do Leste (Mar Vermelho) e navegam de Kolzum para El-Jar (porto de Medina) e Jeddah (porto de Meca);

³ As obras referidas são: *Note sur les ports de Provence du VIII au X siècle e Mohammed and Charlemagne: a Revision, Speculum XVIII* (BARROS, 2014, p. 49).

depois vão para Sind, Índia e China. No regresso levam almíscar, aloés, cânfora, canela e outros produtos dos países orientais para Kolzum, e trazê-los para Farama, onde embarcam novamente no Mar Ocidental. Alguns navegam para Constantinopla para vender seus bens aos romanos; outros vão ao palácio do rei dos francos para colocar seus bens. (*Livro dos Caminhos*, p.194-195).

Os mercadores judeus acima mencionados são chamados de *radanitas*, um termo de origem persa (*rah dan*) que significa “conhecer o caminho”. É provável que sua sede ficasse na Pérsia, embora as indicações a esse respeito são parcas. Sabe-se que a cidade de Rhaga, perto de Teerã foi, durante o século IX, a capital comercial da Pérsia. Era dali que as caravanas partiam para a Armênia, Khorassan e Khazaria. A partir desses locais, os mercadores judeus entravam em contato com outros mercadores, indo de Bizâncio até Praga. Ainda no documento citado acima, é possível perceber que todas as rotas dos mercadores *radanitas* terminavam na China, um centro comercial vigoroso no qual os judeus tinham uma forte relação, pois desde o primeiro século cristão se estabeleceram por lá (JACOBS, 2002, p.197).

A presença de judeus no Oriente facilitou o intercâmbio comercial com o Ocidente, para onde afluíam não apenas mercadorias, mas também ideias e valores. Esses indivíduos não latinos e não cristãos se voltaram para o comércio de artigos de luxo, como, por exemplo, perfumes, vinhos, pergaminhos e tecido, além de escravos. Embora não constituísse a principal força de trabalho no regime senhorial, a mão de obra escrava persistia e era empregada sobretudo no contexto doméstico. O servo, que também era explorado, gozava de um estatuto social baseado no sistema de relações e de dependências recíprocas, característico do medievo. Ainda que estivesse submetido a pesadas condições de trabalho, o labor servil desempenhado pelos camponeses (servos) diferenciava-se daquele ao qual o escravo estava submetido, pelo fato de não ser um bem de um senhor, mas sim um dependente. Ou seja, se por um lado o camponês prestava serviços, como a corveia, uma forma de serviço obrigatório que deveria ser realizado nas terras do senhor, ao menos dois ou três dias da semana; por outro lado, ele gozava de proteção jurídica e militar, além de serem, pelo menos em teoria, pessoas livres.

A comercialização de escravos integrava, assim, o rol dos produtos especiais, ao qual se somava tecidos de luxo e as denominadas especiarias miúdas: os fármacos, os produtos empregados na cozinha e na tinturaria

A releitura historiográfica aqui adotada tem precedentes nos estudos do historiador Maurice Lombard (1955, p.71), que interpretou o crescimento econômico entre os séculos IX e XI. Segundo o autor, foi quando as relações comerciais entre as cidades islâmicas e o Ocidente acentuaram o afluxo de ouro para as cidades da cristandade latina, especialmente através das cidades Italianas. Assim, por exemplo, foi do Sudão, a onde a presença islâmica remontava pelo menos ao século IX, que veio ouro fruto de comercializações. Nesse sentido, a renovação econômica pode ser entendida como associada às relações comerciais que as cidades mediterrânicas estabeleceram com o Oriente islâmico, o que significou uma balança comercial desfavorável para essa, uma vez que importavam produtos (peles, madeira, ferro, escravos) do Ocidente. Sendo assim, o renascimento urbano na Europa Ocidental, após o fim das invasões “bárbaras” e o fim do Império Romano, tem origens cronológicas e geográficas diferentes do que propôs o historiador belga. Se naquela perspectiva o movimento urbano teve como foco irradiador as cidades italianas, sobretudo Veneza, e ao norte a Flandres a partir do século XI, para Lombard foi graças ao incentivo ao consumo provocado pelas cidades islâmicas, como Bagdá, que o movimento urbano foi difundido na Europa entre os séculos VIII e IX (LOMBARD, 1955, p.68).

No século VII, com a expansão muçumana no Oriente, o comércio e os centros de consumo cada vez mais caracterizaram as cidades muçumanas que, por sua vez, serviram como pontos de difusão do movimento urbano para o mundo ocidental. A tese de Lombard é de que há uma correlação entre a circulação monetária e o desenvolvimento urbano (LOMBARD, 1995, p.55). Assim, quando apareceu uma restrição à circulação monetária como, por exemplo, a decadência da atividade mineradora e a prática do entesouramento⁴, a tendência é que houvesse uma decadência da vida urbana e as cidades perdessem a sua função econômica. O inverso, o afluxo de metais preciosos, foi refletido em um progresso urbano.

4 O enfraquecimento da prática de entesouramento se deu a partir do século XI, quando as transformações econômicas, sociais e políticas, possibilitaram a monetarização da economia. (FRANCO JÚNIOR, 1984, p. 107).

Foi no Ocidente romano, e depois com os reis germânicos, que o ouro passou a ser drenado, por meio da compra de mercadorias de luxo, para o Oriente. Essa “fuga” do ouro para o mundo Oriental, no qual os levantinos⁵ dominavam o comércio dos produtos de luxo, resultou em dois processos: crescimento urbano no Oriente, enquanto que no Ocidente se deu o inverso. Mas a partir do século VIII as metrópoles mulçumanas também passaram a adquirir as mercadorias do Ocidente, como escravos, peles, madeira etc., o que significou a penetração de ouro em cidades Amalfi, Napole, e também em cidades da Espanha, sobretudo Córdoba e em Bruges, na Flandres (LOMBARD, 1955, p. 69).

O estudioso Emery Kay Hunt (1997, p.24), o revigoramento da economia esteve associado às mudanças tecnológicas que ocorreu na agricultura, como a utilização da terra em rodízio. Essa técnica, conhecida também como sistema trienal, consistia na divisão da terra em três partes iguais, de forma que durante o decurso do ano plantava-se em uma das partes aveia, trigo ou cevada, enquanto a outra ficava em repouso. A difusão do sistema trienal permitiu uma maior produtividade agrícola, que possibilitou tanto a alimentação de um contingente populacional maior como permitiu a substituição do boi pelo cavalo nas atividades agrícolas. Isso significou o aumento da área cultivável, uma vez que os cavalos eram, em relação aos bois, mais rápidos e eficazes na atividade de aragem do solo. As modificações econômicas, em que a retomada do comércio e o revigoramento das cidades foram efeitos, se tornaram possíveis devido ao aumento da produtividade agrícola (HUNT, 2001, p.25).

Além do mar Mediterrâneo, que possibilitou trocas de produtos e ideias, ligando sociedades diversas, a navegação interior foi possibilitada ainda pelos rios, ainda que esses existiam em quantidade reduzida. A deslocação por terra, por outro lado, apresentava dificuldades. Efetuadas principalmente sob animais, os mercadores tiveram que transpor caminhos em condições desabafáveis. A força de tração animal, sobretudo os camelos que puxavam as cargas, desempenham uma dupla função, ainda que antagônicas: se, por um lado, ajudavam a manter as estradas romanas e sassânidas, impedindo-as de sucumbir a vegetação, por outro lado, contribuíram para

⁵ *Mercadores de origem grega, síria e egípcia. (LOMBARD, 1955, p. 54).*

o seu desgaste, uma vez que a falta de manutenção era a regra. O desenvolvimento da navegação marítima, que envolvia o oceano Índico, o mar Cáspio, o mar Negro e o Mediterrâneo, contribuiu para a vitalidade do comércio de longa distância, sem o qual Ocidente latino estaria isolado do circuito comercial internacional.

Para o historiador Hilário Franco Júnior, o crescimento econômico ocorrido na Europa Ocidental dos séculos XI-XIII pode ser verificado, entre outros aspectos, por meio da “expansão do meio circulante e a conseqüente enfraquecimento de demanda; alta dos preços e dos salários; modificação na organização da estrutura de produção” (FRANCO JÚNIOR, 1984, p.107). O primeiro está relacionado à maior circulação monetária, proporcionada pelo enfraquecimento do entesouramento, pelo fluxo de metais preciosos vindos do Oriente e pelo desenvolvimento da atividade mineradora no interior da Europa Ocidental. Mas houve também uma inflação de demanda, uma vez que a oferta de bens não acompanhou o mesmo ritmo necessário ao aumento populacional, o que provocou um aumento dos preços.

O segundo aspecto que Hilário Franco Júnior aborda refere-se ao aumento dos preços de bens e serviços, correlacionados também à inflação de demanda, ocorridos nos setores primários, secundários e terciários. Na Inglaterra, por exemplo, os preços dos cereais aumentaram, sobretudo por que a sua oferta era inferior à demanda. Nos setores secundários e terciários (a manufatura e comércio, respectivamente) o processo foi semelhante, ou seja, houve um aumento dos preços de bens e serviços, embora a atividade produtiva nesses setores não resultasse no emprego de um elevado número de trabalhadores. Os salários também aumentaram, devido à maior procura de mão-de-obra. Assim, se um cavaleiro recebia 8 *denarii* por dia na época de Henrique II (1133 – 1189 d.C), no período posterior, no século XII, o mesmo segmento social recebia 3 *shillings* para o mesmo período trabalhado (FRANCO JÚNIOR, 1984, p.117).

Por fim, as transformações no que se refere à organização da estrutura de produção. Houve, no setor primário, uma diminuição, devido à pressão provocada pelo crescimento demográfico, das terras cultiváveis. O trabalho servil passou a ser

substituído pelo trabalho assalariado, o que evidencia o processo de monetarização da economia. No setor secundário houve a difusão das oficinas, que antes eram restritas aos domínios senhoriais e atendiam a um mercado local. O setor terciário também cresceu, o que pode ser atestado pelo aumento da capacidade de transporte dos navios mercantes (FRANCO JÚNIOR, 1984, p.120), pelos progressos das técnicas de navegação (difusão da bússola, o desenvolvimento da cartografia) e o desenvolvimento dos métodos de seguro, da letra de cambio e também pela repartição de um mesmo navio entre vários donos, o que diminuía os eventuais gastos sobre um único mercador, caso ocorresse um naufrágio, por exemplo (LE GOFF, 1991, p. 26).

Assim, o crescimento econômico que ocorreu na Europa cristã estava ligado às transformações da estrutura econômica que se deram a partir do século XI, ou seja, o aumento populacional e o desenvolvimento das técnicas de produção agrícola. Essas transformações podem ser resumidas no renascimento do comércio (impulsionado pela monetarização da economia local e pelo comércio estrangeiro) e o revigoreamento das cidades (provocado pelas mudanças na produção, onde o artesanato urbano foi fundamental na produção de bens e na atração que as cidades despertavam pelas possibilidades que ofereciam em um período de crescimento demográfico). (ANTONETTI, 1977, p.15).

A historiadora Régine Pernoud refuta a hipótese de que a ascensão islâmica no Oriente contribuiu para o ressurgimento do comércio e para desenvolvimento urbano no Ocidente. Por outro lado, segundo a autora, é preciso pontuar que o tráfico oriental influenciou econômica, social e culturalmente a cristandade Ocidental (PERNOUD, 1996, p. 50-51). Nesse sentido, a autora aponta que em Paris, durante a Alta Idade Média, através de Bizâncio, uma parte dos ofícios da Igreja eram recitados em grego. Outros exemplos que demonstram as relações Oriente-Ocidente foi a penetração dos marfins bizantinos que inseriram no Ocidente a arte da escultura em madeira e também as decorações de manuscritos de origem irlandesa que foram inspirados na arte de miniaturas persas (PERNOUD, 1996, p.51).

O advento da ascensão islâmica enfraqueceu, na perspectiva de Régine Pernoud, essa relação entre o Ocidente e o Oriente. Mas as campanhas dos cruzados no ultramar contribuíram para a presença de mercados europeus na Síria, na Palestina e na África do Norte onde os árabes haviam se estabelecidos desde o século IX. Surgiu entre as cidades da Europa Ocidental, sobretudo as cidades Italianas e Provençais, uma concorrência pelo mercado oriental, o que proporcionou uma corrente de trocas que tinha por centro o Mediterrâneo. Essas rotas do comércio afetaram também a França, a Flandres e a Inglaterra. Nesse contexto, as feiras se espalharam pelo continente europeu: existiam feiras em Champagne, em Brie, em Provins, em Lagny, em Londit, em São Dinis, em Bar, em Troyes. Essas feiras configuravam-se como mercados permanente do mundo Ocidental (PIRENNE, 1966, p.107). Nelas era possível encontrar mercadorias de várias partes do mundo. Do Oriente eram sobretudo as sedas, alúmen, os brocados, os veludos, a canela e outras especiarias que eram comercializadas nas feiras. Essas mercadorias eram trocadas, por exemplo, pelos tecidos de Flandres, pelas lãs inglesas e as peles do extremo Norte europeu. (PERNOUD, 1996, p. 50-51).

O desenvolvimento urbano originou cada vez mais, a partir do século XI, uma especificação entre o meio urbano e o rural, ainda que a dependência mútua entre ambos não tenha deixado de existir. O aumento populacional, que resultou também na emigração de trabalhadores para os centros urbanos, contribuiu para o aumento da produção da insurgente manufatura (HUNT, 2001, p.24). Aliás, com a progressiva conquista da autonomia jurídica das cidades, os burgueses passaram a ter privilégios que consistiam na autonomia de convocar trabalhadores do meio rural para atuarem em suas oficinas (ROSSIAUDO, 1989, p.101). O crescimento populacional foi fundamental para o processo de circulação monetária, uma vez que a necessidade de uma maior produção de bens impulsionou a reintrodução de ouro na economia (FRANCO JÚNIOR, 1984, p.107). O desenvolvimento do comércio foi reflexo do crescimento econômico de que a Ocidente latino foi palco, tendo contribuído também para o processo de especialização da agricultura. Com a retomada do comércio, a estrutura econômica da Alta Idade Média, que tinha tendência à subsistência, foi

enfraquecida. Através da possibilidade de obtenção de uma maior variedade de mercadorias que eram produzidas em outras regiões ocorreu uma concentração na produção de mercadorias específicas. Foi nesse período que as regiões dos vales do Mosela, do Reno e do Mosa e também na Borgonha que a produção de vinho se tornou uma especialidade. No comércio estrangeiro o vinho foi se tornando um importante produto para a comercialização (FRANCO JÚNIOR, 1984, p.118).

Para Hilário Franco Júnior o problema da circulação monetária foi solucionado com o fortalecimento, a partir do século XI, do poder régio que regulamentou a cunhagem de moedas, o que significou a redução de oficinas que estavam voltadas para essa atividade⁶. Também contribuiu para esse processo de monetarização da economia, e o enfraquecimento da prática de entesouramento, a afluência de ouro para Europa cristã, oriundo das relações comerciais estabelecidas entre as cidades europeias e as cidades orientais. Esse processo foi incrementado também pela exploração mineira na Europa central, alargando o acúmulo metálico. E, significativamente, ocorreu entre os séculos XI-XIII a adoção do bimetalismo, em contraste com o *denarius* do período carolíngio, uma moeda⁷ de prata que atendia às necessidades de uma economia local, “pouco produtiva e de lenta circulação” (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 56).

Dois modelos de cidades prevaleceram saber: 1) As antigas cidades, remanescentes do Império Romano, que serviram como sedes episcopais, ao lado do desempenho atividade econômica como, por exemplo, a existência de um mercado local e também de feiras realizadas anualmente, e 2) Os *castellum*, *oppidum*, *urbs* ou simplesmente burgos, um modelo de cidade que surge no contexto das invasões e da insegurança do século. As demandas por liberdades, indispensáveis aos mercadores, bem como a outros profissionais de outra sorte, como advogados, professores e artistas, entrou em choque com a dominação senhorial.

Aliás, por não ter constituído uma entidade política autônoma, as cidades medievais, sobretudo a partir do século XIII, alcançaram prosperidade econômica por meio das relações com o poder monárquico em vias de centralização. As

6 Segundo o autor na França de inícios do século XI havia mais de 300 oficinas e foram reduzidas a aproximadamente 30 por volta do século XV. (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 56).

7 Em Veneza havia o *matapan*, moeda que surgiu no contexto das transformações econômicas, que correspondia a 24 *denari*. (FRANCO JÚNIOR, 1984, p. 107).

negociações, e também as insurreições urbanas por uma maior autonomia em relação à dominação senhorial, confirma que além dos interesses dos profissionais urbanos, as cidades também foram vislumbradas como pontos de apoio para a afirmação do poder monárquico, como sugere o incentivo e concessão de cartas de franquias pelos príncipes. (DA SILVA, 2019, p. 76).

Nesse modelo de cidade não existia o direito privado e também não havia as instituições laicas, prevalecendo assim o poder regulamentador dos bispos (responsáveis pela fiscalização da cunhagem de moedas e pelo controle de produtos que entravam e saiam). A sua população era composta pelo clérigo da Igreja catedral e também pelas Igrejas que ficavam nas vizinhanças, por monges, por estudantes e por professores e também pelos artistas livres e pelos servidores que respondiam às necessidades da instituição eclesiástica, como a execução dos cultos.

As cidades episcopais, heranças materiais da antiga cidade romana, serviam como centro administrativo, enquanto centro de governo dos reinos que se instalaram a partir do século V. A capital dos ostrogodos, por exemplo, foram as cidades de Ravena, Pavia e Monza; Braga, foi capital dos suevos no século V. Com um papel econômico limitado, as cidades mediterrânicas não deixam de interagir com os centros econômicos do mundo Oriental.

Nesse sentido, as cidades da Alta Idade Média significava também um lugar de refúgio e proteção para os pobres. Nesse cenário, e como contrapartida da Igreja, instituição detentora de um vasto mosaico de terras, os bispos assumiram o papel de protetores dos necessitados, devendo, como estabeleceu o concílio de Orleans em 511 d.C, reservar um quarta dos rendimentos aos pobres. Os rendimentos eram oriundos dos bens e domínios que estavam sob a direção dos bispos. (MACEDO, 1999, p. 13) Conforme as deliberações da Igreja adotadas nos concílios, todos os cristãos precisariam exercitar a caridade, uma das virtudes teológicas. Por estarem localizadas em um *dominium*, o poder dos bispos nas cidades se fortalecia na medida que o rei, por exemplo, lhes concediam diplomas de imunidade e também através das doações oriundas dos fieis⁸.

8 No ano de 1177, o bispo e o capítulo de Arras conseguiram do conde de Flandres a sanção ou o alargamento de seus direitos, especialmente em assuntos de desvios referente às medidas e aos tamanhos dos tecidos. Os direitos de censo e de justiça sobre a parte ocidental da costa

Os burgos desempenharam, ao lado das cidades episcopais, um papel fundamental na história do movimento urbano, pois representavam segurança e proteção. A criação dos burgos também atendia aos interesses dos condes que, após o fim do Império Carolíngio, pretendiam assegurar os seus direitos sobre a propriedade fundiária. Estiveram sob a administração de um *castellanus*, que podia recrutar guerreiros para auxiliar os cavaleiros, e estes eram responsáveis pela proteção do castelo. Havia também igrejas que serviam como residência para os clérigos e juntos a elas havia ainda um local que servia para as discussões da assembleia judicial.

Entre os séculos X e XI desenvolveu-se o feudalismo, consequência direta da retração das cidades frente à insegurança dos ataques. A população que outrora vivia nas cidades se dispersou no campo, e as antigas cidades romanas se transformam em burgos, e também surgiram localidades como sede de bispos, tendo como característica geral ser amuralhada (ROMERO, 1999, p. 18). Dialogando com Henri Pirenne quando este aborda a função econômica das cidades, José Luis Romero enfatiza que nos séculos X-XI surgiu por toda a Europa Ocidental localidades protegidas por muralhas, e as cidades perderam suas funções políticas, sociais e econômicas (ROMERO, 1999, p.19).

A partir do primeiro milênio o movimento urbano se intensificou como resultado do crescimento populacional e pela maior produção de alimentos no campo (ANTONETTI, 1977, p. 15). O estereótipo urbano medieval era constituído de elementos que tendiam a considerar as cidades como boa, rica, forte e bela, o que exercia atração sobre os atores sociais (LE GOFF, 1994, p. 240). Entre os séculos XI e XIII surgiram aproximadamente 140 cidades na Europa Ocidental (FRANCO JÚNIOR, 2001, p. 52). As cidades passaram a reunir segmentos sociais diversos e o aumento da demanda frente a uma população urbana e rural que havia crescido significativamente provocou o deslocamento da produção manufatureira do campo para cidade. Nessa perspectiva, o renascimento comercial e revigoramento das cidades fizeram parte de um mesmo processo: as transformações das estruturas econômicas, que resultou em um crescimento econômico entre os séculos XI-XIII. A atividade profissional dos

direita de Paris foi reconhecida ao bispo em 1222 por Filipe Augusto. E em fins do século XII, na cidade de Narbonne, o arcebispo aumentou o seu domínio no terço ocidental da cidade e também no burgo, em detrimento do visconde, que prestou homenagem e considerou-se vassalo do bispo em 1213. (LE GOFF, 1992, p.80).

mercadores ganhou destaque nesse contexto, esteve restrita à função econômica. A ascensão do segmento mercantil no conjunto da sociedade medieval esteve ligada também às mudanças sociais e políticas ocorridas a partir do século XI.



A ATIVIDADE PROFISSIONAL DO MERCADOR ITINERANTE NO SÉCULO XII

Os segmentos sociais, como os mercadores e os artesãos, que se beneficiaram das transformações que ocorreram a partir do século XI passaram a ocupar lugar de destaque no conjunto da sociedade baixo medieval. O problema que se coloca neste capítulo é compreender de que maneira atuava o mercador no século XII, ou seja, em que consistia a sua atividade profissional.

O mercador itinerante

O mercador que atuou no Ocidente latino entre pode ser caracterizado como um itinerante por um motivo fundamental, a saber: não tinham um estabelecimento fixo, o que estava em consonância com o seu labor itinerante, o movimento da busca

de novos mercados onde pudesse vender e comprar mercadorias.

Na hagiografia sobre Goderico de Finchale, as evidências sobre a prática itinerante do mercador apresentam uma ligação com o desenvolvimento das feiras (mercados) e com o comércio marítimo. Este último foi um aspecto dominado também pelo mercador itinerante, uma vez que era este que, nas viagens comerciais, acompanhava pessoalmente a suas mercadorias e comprava outras no lugar de destino (ANTONETTI, p. 89). O mercador seguiu as possibilidades que as circunstâncias do século XII ofereciam.

A participação de mercadores cristãos nas rotas mediterrânicas e o desenvolvimento da manufatura no Ocidente latino, possibilitaram a exportação de produtos e incrementou as relações comerciais com o mundo Oriental no século XII. Sobre a manufatura, que foi desenvolvida sobretudo na Inglaterra e na Flandres, esteve ligada aos progressos da agricultura. Segundo Henry Loyn o processo de melhoramento da agricultura e o aumento da circulação monetária impulsionaram o comércio de exportação (LOYN, 1997, p.164). Nesse sentido, o fornecimento de lã o qual a Inglaterra se especializou esteve ligado às exigências do comércio, sobretudo do comércio internacional de exportação. Nesse contexto, foram desenvolvidos as relações comerciais entre a Inglaterra, que passou a exportar lã, e os Países Baixos que lideraram a produção de tecidos. O comércio hanseático⁹ tinha como um de seus principais parceiros comerciais, no século XII, a Inglaterra. Os barcos hanseáticos que frequentavam os portos ingleses voltavam carregados de produtos necessários à indústria têxtil (PIRENNE, 1966, p.156).

Um dos efeitos da revolução econômica da segunda idade feudal¹⁰ foi o melhoramento das redes de comunicação. A melhoria e ampliação das estradas e também o melhor aproveitamento do transporte animal, além do transporte marítimo, beneficiou as trocas (BLOCH, 1982, p. 95). Não obstante, em grande parte da Europa

9 A liga hanseática era constituída pelas principais cidades comerciais do Báltico e do mar do Norte e tinha como centro administrativo a cidade de Lubeck. Nesse sentido, a liga hanseática impulsionada pelas cidades alemãs, esteve ligada ao desenvolvimento do comércio e da manufatura, uma vez que, sobre a atração dos portos de Bruges, eram maneiras de conservar feitorias nas cidades comerciais agindo por meio do comércio marítimo. (PIRENNE, 1966, p. 155)

10 Marc Bloch (1982, p. 90-3) aponta as seguintes evidências relacionadas à renovação econômica a partir do ano mil: Crescimento demográfico, que possibilitou o surgimento de novas aldeias e o alargamento de terras cultiváveis; intensificação das comunicações, através da melhoria das estradas e também pelo aumento do rendimento dos transportes em viaturas; a retomada do comércio entre o Ocidente e o Oriente, intensificado pela reabertura do Mediterrâneo; aumento da circulação monetária, impulsionado pelo afluxo de ouro oriundo do comércio com os países do Norte, que significou também o aumento nas formas de pagamento.

Ocidental permanecia a cobrança de tarifas sobre o transporte de mercadorias sem um retorno no sentido de organização e melhoria das vias terrestres. No caso da Grã-Bretanha, as autoridades públicas atuaram de forma inversa: criaram leis no sentido de proteção dos mercadores que transpunham as suas estradas além da manutenção das condições favoráveis para sua utilização. Nesse sentido, os mercadores, assim como os peregrinos que frequentavam a Cidade Santa e Santiago de Compostela, podiam percorrer extensos territórios sob a proteção do rei (LOYN, 1997, p.166).

O historiador belga Henri Pirenne destaca que na Inglaterra não predominava, como acontecia no continente Europeu, a difusão de principados. A existência de uma autoridade nacional proporcionou uma melhor administração dos aspectos econômicos, o que tornou a economia inglesa eficiente e rígida (PIRENNE, 1966, p.157-8). A partir do século XII, no reinado de Henrique I (1100-35), foi criado o Exchequer que consistia em uma agência financeira que tinha ainda a finalidade de atuar como um tribunal de contas e se estendia à função de preservar arquivos relativos aos interesses econômicos do erário público (LOYN, 1997, p. 209).

A atividade profissional do mercador itinerante: a especulação financeira, as feiras, a associação mercantil e o comércio marítimo.

Entendemos que a atividade profissional do mercador itinerante era complexa e constituída por vários aspectos. Segundo Jacques Le Goff, o mercador tinha “necessidades de conhecimentos técnicos. Por sua mentalidade, visa ao útil, ao concreto, ao racional” (LE GOFF, 1991, p.103). O ofício do mercador exigia ainda o conhecimento de línguas vulgares e habilidade na escrita. Aliás, assim como o cálculo, este era um aspecto exigido pela crescente necessidade da contabilidade mercantil além de proporcionar um número maior de pessoas à rede de clientes (LE GOFF, 1991, p.104). Havia também a necessidade de conhecimentos geográficos, indispensáveis às viagens longas.

Foi por esta razão que optamos por abordar quatro aspectos da atividade do mercador, cuja representação é evidenciada no discurso sobre a vida de Goderico de Finchal. Esses aspectos são: a associação de mercadores, que foi uma marca do

comércio de longa distancia; a especulação financeira, entendida como a busca de lucros na venda de mercadorias a um preço superior ao original (PIRENNE, 1973,p.94); as feiras de comércio, enquanto um espaço de compra e venda de produtos (AMBONI, 2011, p.2); e o comércio marítimo propriamente dito.

A “Vida de São Goderico” apresenta alguns aspectos relacionados ao ofício do mercador. A atividade de Goderico de Finchal consistia na compra e venda de produtos, e o lucro obtido se dava através da venda de mercadorias a um valor superior ao original. Por essa razão, Goderico de Finchal tinha que viajar para outros países, como por exemplo, para a Escócia e para a Dinamarca, uma vez que a prática especulativa exigia a busca por mercados favoráveis aos negócios. Assim procedeu Goderico de Finchal “navegando muitas vezes para lá e para cá entre a Escócia e Grã-Bretanha” (DURHAM, 1918, p. 417).

A associação de mercadores itinerantes: militarismo, comércio e fidelidade para com os companheiros.

Pelos perigos que estavam expostos (assaltos e saques, e no caso do comércio marítimo, os ataques de piratas e o risco de naufrágio), além das condições às vezes precárias das estradas (AMBONI, 2011, p. 2), os mercadores tinham a necessidade de se unir entre si nos empreendimentos comerciais (PIRENNE, 1973, p. 94).

Surgiram assim, em diversas cidades, as associações comerciais. Em Gênova essas associações eram denominadas de *societas maris*, em Veneza de *collegantia* (LE GOFF, 1991, p.18) e de *widerlegunge* ao norte da Alemanha (GUREVIC, 1989, p.178). As associações comerciais caracterizavam-se por compartilhar, entre seus membros, os lucros e os ônus, além de serem guiadas por um sentimento de fidelidade entre seus componentes. O agrupamento mercantil, segundo Henri Pirenne, significava uma união pela força, uma segurança simbolizada pelos navios armados que acompanhavam o navio cargueiro. A organização desses agrupamentos de mercadores, resultado das necessidades sociais, era regida por um ideal de fidelidade para com os seus membros. Para a proteção mútua, esses agrupamentos eram armados com arcos e espadas (PIRENNE, 1966, p. 94-6).

O mercador de labor itinerante encontrava uma série de dificuldades para exercer sua profissão. As rotas terrestres ou aquáticas (fluviais e marítimas) poderiam constituir um potencial perigo a sua atividade, como o banditismo e os atos de pirataria. Para Leo Huberman, além de tarifas pagas pelos mercadores aos senhores feudais para trafegar em suas estradas estas, apresentavam condições impróprias para o tráfego, pois eram “estreitas, mal feitas, enlameadas e geralmente inadequadas às viagens” (HUBERMAN, 2015, p.30). Segundo Jacques Le Goff, não obstante o tráfego marítimo constituísse um dos principais meios para o exercício da atividade mercantil, o mercador tinha que conviver com a exposição aos perigos de ataques de piratas e das onerosidades em consequência de eventuais naufrágios (LE GOFF, 1991, p.11-12).

O “sentido de negócios” que o historiador belga Henri Pirenne aponta como necessário aos indivíduos que se dedicavam ao comércio, não explica de forma exclusiva a fortuna que Goderico de Finchal alcançou no século XII (PIRENNE, 1973, p.94). Através das evidências contidas na hagiografia sobre São Goderico de Finchal quando este era ainda um mercador que atuava em Lincolnshire podemos perceber que foi partir da união realizada com outros mercadores que os seus negócios puderam se desenvolver (PIRENNE, 1973, p.94).

Mapa 1 - Mapa representativo do condado de Lincolnshire na Inglaterra, onde é evidenciado o mar do Norte no sentido leste.



Fonte: Gazetteer of England and Wales. Disponível em: <<http://ukga.org/england/Lincolnshire/index.html>> Acesso:13 de Jun. de 2017.

Após ter se dedicado ao comércio local que consistia em “andar com pequenas mercadorias ao redor das aldeias e fazendas de sua própria vizinhança”, Goderico de Finchal conseguiu, quando juntou algumas moedas, “se associar com os comerciantes da cidade” (DURHAN, 1918, p.419). As *hansas* e as guildas, agrupamentos de mercadores com interesses comuns, que surgiram no curso do século XI não teriam sido um indício das necessidades de união em um contexto de perigo, insegurança e pirataria a que as empresas comerciais estavam sujeitas?

As relações comerciais de longo curso em que os mercadores cristãos estiveram envolvidos, sobretudo as que foram estabelecidas com o Oriente, eram realizadas em parcerias, em grupos organizados onde se repartiam os ganhos e o ônus da empresa. Essa associação de mercadores funcionava a partir de um empréstimo concedido por comanditários¹¹ aos mercadores que realizaram a viagem relativo aos negócios. O comanditário conferia uma parte do capital para os mercadores, enquanto estes, além do trabalho manual que empregavam na realização da viagem, participavam também como uma parte do capital. Essa associação era chamada de *comenda* e o contrato que a regulamentava durava em geral uma viagem (LE GOFF, 1991, p. 18). No retorno da viagem os lucros eram repartidos entre os mercadores e o comanditário. Se houvesse prejuízos, como ataques de piratas ou naufrágio, também eram divididos os gastos do empreendimento mercantil (PERNOUD, 1996, p. 52).

A especulação financeira

Nos primeiros parágrafos do relato sobre a Vida de São Goderico podemos perceber como o mercador alcançava lucros em um curto espaço de tempo. Através da especulação financeira, o mercador conseguia lucros sobre um determinado produto vendido em uma região onde sua demanda fosse maior que a oferta. Após se especializar no grande comércio, o marítimo, Goderico de Finchal realizou essa prática no curso de seus negócios, “ele vendeu caro as mercadorias que ele havia comprado em outros lugares a um preço reduzido” (DURHAM, 1918, p. 416).

O aumento populacional, que contribuiu para o processo de revigoreamento

¹¹ Os comanditários eram grupos de pessoas que emprestavam dinheiro aos mercadores. Estes, por sua vez, compravam as mercadorias e se comprometia com a sua venda. (ANTONETTI, 1977, p. 91).

do comércio e das cidades, na medida em que incentivava uma maior demanda por bens e serviço, beneficiava os mercadores (FRANCO JÚNIOR, 1984, p.107). A situação de escassez de produtos foi utilizada por esse segmento social para colocar em curso a prática especulativa. Foi assim que procedeu Goderico de Finchal que, conhecendo os locais onde determinados produtos estavam em falta, partia para essas localidades com o objetivo de vender suas mercadorias a um preço acima do originário (DURHAM, 1918, p.416). Essa prática de vender mercadorias onde havia demanda e, em consequência, um aumento de seus preços, “fez de Goderico um homem poderosamente rico” (PIRENNE, 1973, p. 93).

As feiras

Ao lado do mercado local, que cumpria a função de abastecimento de um senhorio e dos habitantes próximos, havia as feiras. Ao contrário do mercado local as feiras eram dominadas, como acentua Guy Antonetti, pelo mercador itinerante (ANTONETTI, 1977, p. 97).

A realização das feiras contribuía, numa época onde a demanda de bens e serviços era superior à oferta, para o abastecimento das cidades. A este respeito o estudioso Hilário Franco Júnior aponta que no contexto de crescimento populacional a oferta de bens e serviços não acompanhou a demanda (HILARIO, 1984, p.117). Assim, as feiras complementavam, enquanto um mercado permanente ao longo do ano, as necessidades dos habitantes das cidades e do campo (AMBONI, 2011, p. 2). Nesse sentido, o objetivo do mercador itinerante no século XII eram as feiras, sobretudo as da Champanha¹² (LE GOFF, 1999, p.14).

As feiras de Champanha eram realizadas em Troyes, Lagny, Bar-sur-Aube e Provins e configuravam-se como locais onde os mercadores vendiam seus produtos a um preço superior ao original, comprados às vezes dos camponeses (LE GOFF, 1999, p.14). A realização das feiras se dava geralmente uma ou duas vezes por

12 A atração que as feiras de Champanha exercia sobre os mercadores estava ligado aos aspectos econômicos e também políticos. A possibilidade de comprar mercadorias diversas, como peles e metais preciosos, através de mercadores vindos de regiões do Norte Europeu, bem como as especiarias oriundas do Oriente, eram fatores que impulsionava os mercadores a se deslocarem para as feiras de Champanha. E também contribuía nesse sentido, as políticas condais para a proteção dos mercadores que se dirigiam para as feiras de Champanha (ANTONETTI, 1977, p. 91-3).

ano, e eram frequentadas por mercadores de várias regiões da Europa. Este último aspecto possibilitava a presença de mercadorias diversas, tais como as típicas telas flamengas, vinhos, pratas e outros produtos vindos de diferentes partes da Europa. As feiras de Champanha configuravam-se assim, nesse sentido, como um mercador exterior constante (PIRENNE, 1939, p. 78).

Mapa 2 - Mapa representativo das rotas comerciais no século XII, onde é evidenciado, ao centro, a cidade de Troyes, uma das localidades em que eram realizados as feiras da Champanha.



Fonte: Slideshare. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/carla77/desenvolvimento-comercial-parte-3>> Acesso: 09 de Mai. de 2017.

O mercador itinerante também foi beneficiado pelas políticas públicas que ofereciam proteção e isenções de impostos àqueles que frequentavam as feiras. O salvo-conduto que se aplicava a toda a extensão territorial de domínio senhorial e o policiamento das feiras podem ser considerados como incentivos do poder público aos mercadores (LE GOFF, 1999, p.15-16). A área correspondente ao estabelecimento das feiras, ao mesmo passo que atraía os mercadores pelas políticas que a regulamentava, como a ação de proteger as pessoas que as frequentavam, nas feiras também havia a legislação que instituíam punições aos indivíduos que cometiam alguma infração (PIRENNE, 1966, p.105).

O mercado na feira cumpria uma dupla função: era ponto de encontro de mercadores profissionais de origem diversas e atraía, ao mesmo tempo, artesãos pela possibilidade de vender seus produtos a uma clientela diversificada. Pelas possibilidades de comprar e vender, pelo espaço de sociabilidade que oferecia, as

feiras medievais exerciam forte atração sobre os mercadores (AMBONI, 2011, p.8). Os salvo-condutos, exemplos de políticas condais voltadas para as feiras, beneficiaram os mercadores em sua atividade. Esse benefício, concedido pelos senhores aos mercadores, consistia na proteção e reparo, em caso de dano, sofrido por aqueles que se dirigiam às feiras (ANTONETTI, 1977, p.100).

O comércio marítimo

Para Guy Antonetti, o comércio marítimo durante o século XII foi também, à semelhança daquele que se praticado através da utilização das vias terrestres dominado pelo mercador itinerante. Os produtos oriundos do Oriente, e também do comércio intraeuropeu, evidenciam a importância do grande comércio para o abastecimento de mercadorias para a Europa Ocidental (ANTONETTI, 1977, p. 89).

O comércio à longa distância em que o mercador cristão se especializou a partir do século XI e, sobretudo no século XII, foi, segundo Henri Pirenne, a base do comércio baixo medieval. Esse comércio de exportação tinha como objeto as especiarias, que eram mercadorias consideradas de pouco volume, como, por exemplo, a pimenta, a canela e o açúcar. Por outro lado, esses produtos tinham elevado valor, o que contribuiu para a sua preferência entre os mercadores especializados no comércio marítimo. (PIRENNE, 1966, p.148)

As especiarias oriundas do Oriente chegavam à Europa por meio da ação dos mercadores que atuavam no Circuito do Golfo Pérsico¹³. A atuação dos mercadores nas rotas comerciais do Golfo Pérsico se dava a partir da região do Levante, que compunha as cidade de Alepo, Damasco, Antioquia e Acre. O estudioso Maurício Medici Metri aponta que as trocas realizadas no comércio à longa distância se assentavam em relações não monetárias. Isso significa dizer, segundo o autor, que “fora do espaço europeu os metais circulavam como mercadoria, inclusive, na maioria das vezes, na forma de lingotes, para serem trocados por outras mercadorias” (METRI, 2007, p128).

Nessa perspectiva, as trocas que marcaram o comércio à longa distância se

13 O comércio entre as cidades europeias com o circuito do Golfo Pérsico se dava a partir da região do Levante, através das cidades de Alepo, Damasco, Antioquia e Acre. Segundo Maurício Medici Metri a participação dos mercadores cristãos nesse circuito comercial foi impulsionada a partir das Cruzados, quando foi reaberto o comércio do mar Mediterrâneo aos mercadores europeus. (METRI, 2007, p. 123).

aproximavam, devido à falta de um reconhecimento do valor nominal das moedas fora do âmbito europeu, da relação de escambo. Isso explica o emprego de escravos, madeiras e peles de animais oriundos da Europa enquanto mercadorias utilizadas nas trocas com a região do Levante como meio de adquirir outros produtos. Na visão de Maurício Medici Metri isso não significa dizer que as moedas não foram empregadas fora do contexto europeu. O que o autor questiona era a sua validade no que se refere à capacidade de cobrir dívidas no estrangeiro. Assim, as moedas que, sobretudo a partir das Cruzadas, foram empregadas nas relações comerciais com as regiões do Oriente, foram avaliadas pelo “seu peso e conteúdo, seus atributos particulares, como qualquer mercadoria que participa de trocas com base no escambo” (METRI, 2007, p.130).

As relações comerciais e, especificamente, o comércio de longa distância, foi intensificado a partir da navegação propiciada pela abertura do mar Mediterrâneo. A contraofensiva iniciada a partir da primeira Cruzada no fim do século XI possibilitou, segundo Henri Pirenne, a utilização dessa via marítima pelos mercadores da Europa Ocidental na medida em que incrementou as trocas comerciais com o término do domínio mulçumano estabelecido desde o século VIII (PIRENNE, 1966, p.36). O autor Emery Kay Hunt acrescenta que as Cruzadas não foram movidas por interesses estritamente religiosos e possibilitaram também a intensificação das relações comerciais entre as cidades europeias e as cidades do mundo Oriental. As cidades europeias que tinham interesses comerciais na região do Levante participavam das Cruzadas fornecendo alimentos, armas, recursos financeiros e pretendiam estabelecer colônias e entrepostos nas cidades conquistadas pelos cruzados (HUNT, 2001, p.26).

As campanhas dos cruzados no ultramar contribuíram para a presença de mercados europeus na Síria, na Palestina e na África do Norte onde os árabes haviam se estabelecido desde o século IX. Surgiu entre as cidades da Europa ocidental, sobretudo as cidades Italianas e Provençais, uma concorrência pelo mercado Oriental, o que proporcionou uma corrente de trocas que tinha por centro o Mediterrâneo. Essas rotas do comércio afetaram também a França, a Flandres e a Inglaterra. Nesse contexto as feiras se espalham pelo continente europeu: como as realizadas

em Brie, em Provins, em Lagny, em Londit, em São Dinis, em Bar, e em Troyes. Nelas era possível encontrar mercadorias de várias partes do mundo. Do Oriente vinham as sedas, o alúmen, os brocados, os veludos, a canela e outras especiarias. Essas mercadorias eram trocadas, por exemplo, pelos tecidos da Flandres, pelas lãs inglesas e as peles do extremo Norte europeu. (PERNOUD, 1996, p.50-51).

Para Cécile Morrisson, as trocas comerciais com o a região do Levante foram um dos resultados provocados pelo estabelecimentos dos cruzados na Palestina. Não obstante as cidades de a Itália terem mantido relações comerciais com algumas regiões do Oriente, sobretudo com a Alexandria e com o Império Bizantino, as ditas relações foram impulsionadas e ampliadas para outras cidades a partir da criação de colônias pelos cruzados no Levante. Por meio desses estabelecimentos, os portos do Mar Mediterrâneo importavam gêneros alimentícios, provisões e armas. Por outro lado, as cidades da Europa Ocidental exportavam para o Levante produtos como o carvão, a madeira, os metais, o açúcar e o sabão. A autora enfatiza ainda que na dinâmica das viagens, o transporte de viajantes e também dos exércitos formados pelos cruzados “trouxe somas consideráveis para os cofres dos mercadores que eles passaram a empregar para a compra de novos produtos no Oriente” (MORRISSON, 2013, p. 60-1).

O estudioso Leo Huberman concorda também que as Cruzadas impulsionaram a diversificação das relações comerciais entre a Europa Ocidental e o Oriente. Segundo o autor, os cruzados que partiam rumo à Terra Prometida precisavam de guarnições no percurso da viagem, o que significava dizer que os mercadores frequentemente os seguiam. A finalidade desses homens de negócio que acompanhavam a tripulação era fornecer mercadorias, tanto para o consumo como também armamentos. No regresso para a sua terra natal os cruzados demonstravam um “gosto pelas comidas e roupas requintadas” devido à experiência que haviam adquirido através do contato e convivência com culturas diferentes. A busca dos produtos de origem oriental aliada ao crescimento demográfico provocou, nesse sentido, a difusão de novos mercados no espaço europeu (HUBERMAN, 2015, p.19).

Contudo, a Igreja reprovava as relações comerciais estabelecidas entre os mercadores cristãos e os muçumanos. Proibia, por assim dizer, com a possibilidade de excomunhão para aqueles que infringissem a comercialização de armas, escravos e madeira com os mercadores do Levante. A hostilidade da Igreja contra os muçumanos constituiu um dos elementos da construção e difusão das representações coletivas sobre o mercador. As exigências sociais provocadas pela renovação comercial e o desenvolvimento do comércio internacional no século XII não teriam impulsionado os mercadores cristãos a insistir em uma atividade que, não obstante ter sido proibida, era indispensável ao seu ofício? Por estabelecer relações de solidariedade com os “inimigos” da fé cristã, os mercadores eram ameaçados de excomunhão, uma estratégia de dominação e controle dos agentes do poder. O medievalista Jacques Le Goff enfatiza, por outro lado, que as trocas e o comércio internacionais não se interromperam quando do início da ofensiva da Igreja contra a religião do islã (LE GOFF, 1991, p. 76).

Assim, duas frentes comerciais especializados nessa dinâmica de importação e exportação que envolviam a Europa Ocidental e o mundo Oriental foram o eixo nórdico e eixo mediterrânico. Constituíam o Eixo mediterrânico a dinâmica em que para a Europa afluiu do Oriente, através do comércio das cidades italianas, sobretudo Veneza, Pisa e Gênova, as especiarias, remédios, arroz e metais preciosos. Os produtos que as cidades italianas ofereciam para a exportação eram a madeira, metais para a fabricação de armas e também escravos. Através do Eixo Nórdico, que foi dominado pelo comércio hanseático, os tecidos constituíram a mercadoria predominante nas exportações. (ANTONETTI, 1977, 94-5).

A retomada pelos turcos no século XII de cidades que até então estiveram sobre o domínio dos cruzados, como o reino Latino de Jerusalém em 1187, não interrompeu relações comerciais entre os mercadores da Europa e os da Ásia Menor (PIRENNE, 1966, p36). Nesse sentido, a autora Cécile Morrisson afirma que o fim dos domínios cristãos representado pelo estabelecimento dos cruzados no Levante “não teve efeitos sensíveis sobre o comércio entre Oriente e Ocidente: ele simplesmente se transferiu para outros portos”. Assim, os mercadores haviam se beneficiado do

transporte dos soldados e também de mercadorias, além do transporte de peregrinos que havia aumentado nessas circunstâncias provocadas pelas cruzadas rumo à Terra Santa (MORRISSON, 2013, p. 63).

É necessário também acrescentar que para a realização das viagens de caráter inter-regional e intercontinental de forma precisa e exata, ou seja, conhecer as variações de preços de cada produto nas diferentes regiões, por exemplo, os mercadores eram auxiliados por manuais de comércio. Esse gênero literário, que se difundiu no Ocidente medieval a partir do renascimento comercial no século XI, consistia, segundo Jaime do Reis, em registros escrito de lugares, dos preços de mercadorias e da distância de uma feira para outra. Para o autor, os manuais de comercio eram “um compêndio de informações técnicas e práticas do mundo comercial e financeiro a ser realizado por mercadores e demais negociante no exercício de sua profissão” (REIS, 2015, p. 59).

Segundo Jacques Le Goff, os manuais do comércio atendiam às necessidades de comunicação e informação dos mercadores. As escolas de cartografia, por exemplo, foram inovações que atendiam ao que o autor sintetiza como “sede de conhecimentos práticos” (LE GOFF, 1991, p.103). Por essa perspectiva, os manuais de comércio difundidos na Europa Ocidental na Europa Ocidental, faziam parte das necessidades reais, profissionais e técnicas dos mercadores no complexo mundo dos negócios (REIS, 2015, p. 43).

Em posse desse tipo de manual, o mercador medieval estava munido com informações sobre pesos e medidas, sobre línguas vulgares e a localização de países. Ele podia exercer sua atividade graças a esse registro de conhecimentos e experiências. O mercador, através das informações que dispunha, poderia dar curso a seus objetivos: acumular riqueza e ser bem-sucedido nos negócios (LE GOFF, 1991, p.84). Assim, a especulação, a compra e venda de especiarias, foi, desde os princípios das transformações econômicas na Europa cristã, uma especialidade dos mercadores (PIRENNE, 1939, p.41).



A CONSTRUÇÃO DO IMAGINÁRIO SOCIAL SOBRE OS MERCADORES NA BAIXA IDADE MÉDIA NO SÉCULO XII

Após ter apontado e discutido os três aspectos característicos da atividade profissional do mercador itinerante, neste capítulo iremos analisar a construção do imaginário social sobre o mercador no século XII.

Segundo Georges Duby a trifuncionalidade da sociedade medieval, imagem de um corpo social regido por normas e hierarquias, era composta pelos que rezavam (notadamente os padres), pelos nobres e pelos servos, esses últimos responsáveis pela manutenção da paz e pela alimentação do corpo social, respectivamente. Essa concepção edificada no século XII, na França, representava o corpo social em uma imagem triangular, e era, ao mesmo tempo, um projeto de atuação sobre a sociedade. Assim, os segmentos sociais que não pertenciam a essa lógica, a do enquadramento

do corpo social, eram recusados e extinguidos (DUBY, 1994, p. 20).

Assim, de que maneira o mercador, enquanto pertencente a um segmento social que não se enquadrava na lógica da trifuncionalidade, era representado na sociedade Baixa Média? E em que medida as representações coletivas sobre os mercadores correspondiam à realidade? A esta última pergunta uma observação se faz necessária: não nos interessa definir as fronteiras entre as representações e aquilo que se chama de “realidade concreta”, quer dizer, a “verdade” dos fatos, tal como propunha a intelectualidade positivista da segunda metade do século XIX (PESAVENTO, 1995, p.11).

Baseados nas proposições de Bronislaw Baczko, que enfatiza que o imaginário social tem funções múltiplas e complexas, entendemos que esse aspecto da vida social informa sobre as relações de poder e sobre os conflitos sociais estabelecidos na sociedade. Assim, o imaginário social e suas estratégias, estão para além de ser um reflexo da “realidade”, pois atua no sentido de inculcar, produzir e reproduzir valores; busca modelar condutas e atua sobre a vida coletiva através de sistemas simbólicos (BACZKO, 1985, p. 312). Nesse sentido, não buscamos fazer oposição entre aquilo que se chama real e imaginário social, e mas apontar e discutir os elementos de realidades culturais contraditórias.

Nesse sentido, os discursos, enquanto responsáveis pela compreensão do imaginário social, são permeados de representações coletivas. Na análise sobre a construção do imaginário social acerca dos mercadores utilizaremos o discurso hagiográfico “Vida de São Goderico”, documento datado do século XII sobre Goderico de Finchal, um mercador inglês que foi santificado. O texto hagiográfico, como aponta Ronaldo Amaral, busca estabelecer um ideal de santo a ser seguido pela coletividade. Esse tipo de discurso é, nessa perspectiva, o produto de um imaginário social, onde aflora os interesses e estereótipos de quem o escreveu, ligando-se ao meio sociocultural e ao sistema simbólico (AMARAL, 2013, p.34). Mesmo que as informações de uma hagiografia possam parecer, à primeira vista, distantes da abordagem que aqui nos propomos por se tratar de uma representação de um herói, de um santo ideal, todo

texto, como pontua Carlo Gizburg, apresenta códigos que necessitam ser decifrados. Os diálogos, estabelecidos através do discurso, revelam uma relação entre um contingente de vozes (GINZIBURG, 1989, p.209).

A hagiografia sobre o mercador Goderico de Finchal foi estudada pelo historiador belga Henri Pirenne em uma perspectiva econômica, cujo interesse era fundamentar a sua “hipótese sobre a origem senhorial da classe dos mercadores” (PIRENNE, 1966, p. 50). Para Henri Pirenne os mercadores foram recrutados não entre o segmento nobre, mas sim entre as pessoas que, não possuindo a propriedade fundiária, aventuravam-se pelas cidades, vilas e praias à procura de oportunidades de trabalho. Nessa perspectiva, os mercadores de princípios das transformações econômicas a partir do século XI eram de origem pobre, por isso o historiador os designa de “novos-ricos” e contesta a hipótese da “origem senhorial da economia urbana”. Segundo o autor, apesar da nobreza ter participado como financiamento de navios e mesmo ter compartilhado dos lucros comerciais, sobretudo nas cidades portuárias da Itália, como na Ligúria, “a sua participação careceu de importância e, embora tirasse vantagem do renascimento do comércio, certamente não o provocou” (PIRENNE, 1966, p. 53-54).

Para Henri Pirenne o caso de Goderico de Finchal exemplifica como um indivíduo de origem pobre podia se beneficiar das possibilidades que o renascimento comercial e urbano propiciava àqueles que “sabem intentar uma empresa com suficiente energia e inteligência” (PIRENNE, 1966, p. 52). O historiador Aron Jakovlevič Gurevič enfatiza que o sucesso do mercador estava ligado à sua competência e à sua astúcia no mundo dos negócios, e a participação de segmentos da nobreza na atividade comercial é tida como casos isolados. Segundo o autor, é preferível também a hipótese do novo rico constituído pela burguesia comercial, em oposição ao segmento aristocrático (GUREVIČ, 1991, p. 175).

O historiador Jacques Le Goff refuta essas proposições ao enfatizar que a atividade comercial estava ligada à ideia de continuidade familiar, ou seja, que não obstante à conjuntura econômica de entre os séculos XI e XIII ter proporcionado para

alguns camponeses a possibilidades de mudança de vida devido ao comércio, a partir dos séculos seguintes não ocorreu significativa mobilidade social. A burguesia na Idade Média, segundo autor, foi marcada pela continuidade das casas comerciais (como, por exemplo, o Zianis, os Alberti e os Médici) o que significa dizer que os novos ricos eram antes antigos membros de famílias ligadas ao comércio (LE GOFF, 1991, p. 64).

Novos ricos ou filhos de ricos, os mercadores dos primeiros séculos das transformações comerciais que se deu a partir do ano mil na Europa Ocidental eram de labor itinerante (LE GOFF, 1991, p. 17). Isso significava que o mercador realizava constantemente viagens para lugares distantes e fora de seu próprio país. Nessas viagens eles estabeleciam contato com sociedades diversas, onde conheciam costumes, hábitos e práticas culturais variadas. Foi assim que durante os 16 anos em que Goderico de Finchal se dedicou aos negócios pode conhecer “muitos santuários de santos” nas regiões em que visitou (DURHAN, 1918, p. 418).

O texto hagiográfico, segundo Ronaldo Amaral, enquanto um produto do imaginário informa sobre a realidade e faz, ao mesmo tempo, uma releitura do contexto social que se insere. Os lugares apresentados no texto da hagiografia (a visita à Igreja de Santo André, na Escócia e em Lindisfarne, onde Santo Cuteberto havia sido bispo e depois um eremita) assim como o tempo e os agentes sociais, não se apresentam de maneira desarticulada do ideal de santidade almejada (AMARAL, 2013, p. 37). Seguindo essa busca pela santidade, Goderico de Finchal visitou outros lugares como, por exemplo, a Roma, a que o hagiógrafo considera como a morada dos Apóstolos. A Hagiografia, diferente da Biografia, não busca retratar a vida de um indivíduo, está sim para além de um relato e de uma descrição da vida de um indivíduo. Ela expõe, por estar conectada a um meio sociocultural e também ao sistema simbólico, as escolhas, os desejos e os projetos do hagiógrafo e de seus pares (AMARAL, 2013, p. 35).

Progressivamente Goderico de Finchal foi abandonando os “ganhos mundanos” e se “dedicando aos serviços de Deus”. Não obstante, Goderico, ainda enquanto comerciante, em suas viagens a negócio ter conhecido lugares santo e

ter começado a pensar em aplicar em caridade todos os seus bens, o hagiógrafo assinalou que “ele, [Goderico de Finchal] para que pudesse seguir Cristo mais livremente, vendeu todos os seus bens e os distribuiu entre os pobres”. Por mais de uma década Goderico de Finchal se dedicou ao comércio, onde conseguiu adquirir ganhos financeiros (DURHAN, 1918, p. 420). Contudo teve que abandonar todos os seus bens a partir do momento que decidiu se dedicar a seguir a Cristo. O que levou esse que era um rico negociador no século XII a abandonar os seus ganhos a partir do momento que decidiu seguir uma vida devota? Uma questão de imposição ou opção pessoal?

Segundo Jacques Le Goff o temor do inferno, “obsessão de quase todos da Idade Média”, era entre os mercadores um aspecto que, realçado pela condenação pela Igreja do acúmulo de dinheiro e da prática usurária, contribuiu para o arrependimento em relação ao tempo dedicado ao comércio. Para receber o perdão, o mercador tinha que restituir àqueles que ele havia prejudicado, fazer doações e abdicar dos negócios. Abandonar a atividade comercial e todos os bens adquiridos por esses meios era uma forma de alcançar o céu (LE GOFF, 1991, p. 92). Referências a esse costume ascético necessário aos que buscavam a salvação já estava presente nas Regras Beneditinas datada do século VI de autoria de São Bento quando ele enfatiza no “Capítulo 58 - Da maneira de proceder à recepção dos irmãos”: “Se possui quaisquer bens, ou os distribua antes aos pobres, ou, por solene doação, os confira ao mosteiro, nada reservando para si de todas essas coisas” (ENOUT, 2017, p. 34). São Bento viveu na região central do que hoje é a atual cidade de Norcia, na Itália. As Regras são um conjunto de normas de cunho espiritual que podem ser compreendidas como a busca de estabelecer o ideal de vida para as pessoas que buscam a Deus. Esse documento influenciou também nas construções e organizações dos mosteiros medievais da Europa Ocidental, e foi o texto mestra para os religiosos (DIAS, 2002, p. 11).

Esse ideal de monge foi incorporado por Goderico de Finchal, uma vez que restituiu todos àqueles que considerava ter prejudicado em seus negócios. Se se considerar que Goderico de Finchal estabeleceu contato com os monges de Lindsfarne,

particularmente com o eremita São Gutemberto¹⁴ que também optou pela vida eremítica e com os religiosos da igreja de Santo André na Escócia, pode se considerar que houve trocas culturais. Como aponta Geraldo Coelho Dias, os ensinamentos e as normas presentes nas Regras de São Bento, cruzaram os tempos e os lugares (DIAS, 2002, p. 11).

As Regras de São Bento elaboradas no século VI estabelecia uma relação dialógica com um texto de 1 João que legitimava a vida ascética, incompatível com o lucro e a riqueza, no qual é advertido que “Examinem os espíritos para ver se são de Deus” (1 JOÃO 4:1-6). O ideal econômico da Igreja, fortalecido no meio senhorial rural, considerava a busca de riquezas como um ato pecaminoso, pois infringia a ordem divina. A vida neste mundo devia ser pautada na busca pela salvação eterna, onde o intento do trabalho era que cada pessoa permanecesse na condição que veio ao mundo. O ideal ascético simbolizado no monge representava o comprometimento que a sociedade deveria almejar (PIRENNE, 1966, p. 19).

Aspectos da dominação e controle da Igreja sobre os mercadores: a proibição da usura

O processo de monetarização da economia no século XII ligado às transformações comerciais e ao desenvolvimento urbano fez com que o dinheiro se tornasse cada vez mais um aspecto essencial enquanto um “instrumento de circulação de produtos” (LE GOFF, 1991, p. 74). Foi nessas circunstância que a necessidade de dinheiro impulsionou à prática usurária àqueles que o detinham, o prestador e os que necessitava do dinheiro, o devedor. O enriquecimento de segmentos urbanos, sobretudo os mercadores, estava ligado a essa dinâmica (DUBY, 1994, p. 352).

Segundo Georges Duby a usura se tornou um negócio lucrativo em decorrência das transformações monetária ocorridas sobretudo no século XII. O enriquecimento

14 São Cuteberto foi um bispo e monge que viveu durante o século VII na ilha de Lindisfame. Em 664 se tornou prior do convento de Melrose e, após ter aceitado, no Sínodo de Whitby por volta de 664, os costumes de romanos e abandonar a observância celta, foi nomeado prior de Lindisfame. Contudo no ano de 676 abdicou da função e seguiu uma vida de eremita. Em 875, após o saque dos vikings na ilha de Lindisfame, localidade que São Cuteberto foi sepultado, seu corpo foi desenterrado e levado para Durham no ano de 995. Por volta do ano mil essa nova localidade em que se encontrava o túmulo de São Cuterbeto foi construído um mosteiro para a ordem dos beneditinos e também uma catedral que serviria para abrigar as relíquias do Santo. As 83 igrejas dedicadas a São Gutemberto construídas em toda a Europa evidenciam que o seu culto foi difundido durante a alta e a baixa Idade Média. (LOYN, 1990, p.184).

através da prática usurária era efeito da necessidade social que se tinha do dinheiro. Os nobres precisavam do dinheiro para dirigir os mercenários para a guerra, organizar, enfim, as defesas e ofensivas do castelo. A precisão de moeda por parte do poder administrativo era localizada em posse dos *negociatores*, os mercadores e, por extensão, os burgueses (DUBY, p.1994, p. 350).

O burguês, nesse sentido, que era o portador por excelência desse instrumento, passou a lucrar através de empréstimos para príncipes e senhores territoriais. O uso do dinheiro permeou todos os campos da vida social e, a partir desse momento, foi a função de negociador que passou a ocupar papel de destaque na imagem trifuncional da sociedade. Os novos ricos, a que a sociedade do século XII recorreu em busca de dinheiro, passaram a ocupar lugar de proeminência no corpo social (DUBY, 1994, p. 364).

As circunstâncias do século XII conferiram ao dinheiro importância nas relações de troca. Contudo, o apego do mercador ao dinheiro e sua paixão pelo lucro era percebida pela Igreja como algo abominável. As pessoas foram criadas, como aponta Jacques Le Goff, para amar unicamente a Deus e não ao dinheiro (LE GOFF, 2004, p. 06-7). Na Bíblia, é expresso que “ninguém pode servir a dois senhores; pois odiará a um e amará o outro, ou se dedicará a um e desprezará o outro. Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro.” (MATEUS, 6:24)

No século XII o dinheiro do mercador podia ser fruto da especulação financeira, prática que também comportava o pagamento de juros. Como analisado no capítulo 2 desta monografia, esta prática consistia na venda de produtos onde a sua demanda fosse maior que a oferta. Por utilizar esse recurso, o mercador itinerante incidia na usura, termo que generalizava práticas e operações que, na moral cristã, eram consideradas ilícitas. Abrangia, nesse sentido, toda prática mercantil, uma vez que a cobrança de juros era inerente a essa atividade (LE GOFF, 1991, p. 73). O lucro oriundo da prática especulativa era considerado ilícito porque se assentava na cobrança de um valor superior ao preço original do produto. Esse excedente sobre o valor original da mercadoria era assimilado pela Igreja como algo ilícito, uma vez que

se ganhava dinheiro com o infortúnio do outro, com a fome e a escassez de alimentos (PIRENNE, 1966, p. 20).

Segundo Jacques Le Goff, a usura na sociedade baixo medieval era compreendida como as operações que comportavam juros, com, por exemplo, o empréstimo e o crédito comercial (LE GOFF, 1991, p. 73). A condenação da usura e a dificuldade com a qual a Igreja apresentava em aceitar a atividade comercial como um trabalho justo revelava o apego à ordem vigente da estratificação social: os que rezavam, os que combatiam e os que cultivavam. Contudo, esse embate moral reflete o surgimento de novas atividades ligadas ao meio urbano, como o comércio e a manufatura ligado às transformações econômicas e sociais ocorridas no século XII (GINZBURG, 1989, p.178).

Assim, a especulação financeira, o empréstimo a juros e o crédito comercial, base do comércio, foram tidos pela Igreja como uma forma de usura, e quem a praticasse recaía no pecado de avareza¹⁵. Nesse imaginário social coletivo produzido pela sociedade baixo medieval sobre os mercadores se configurava como representações que atribuíam à atividade comercial uma característica injusta e detestável. No acréscimo ao Decreto de Graciano¹⁶ datado do século XII, citado por Philippe Contamine, é significativo a frase na qual o mercador não pode ou dificilmente pode agradar a Deus, *“homo mercator vix aut nunquam potest Deo placere”*, onde se nota a condenação para aqueles que se dedicavam ao comércio (CONTAMINE, 2000, p. 201).

Apesar das representações serem mecanismos de dominação e manipulação de uma realidade, não significa dizer que são um reflexo da “concretude”. Enquanto agentes sociais que se dedicavam ao comércio, os mercadores medievais do século XII, cuja mentalidade baseava-se na busca pelas riquezas financeiras e

¹⁵ A partir do século XII foi difundido, segundo Jacques Le Goff, uma estreita relação entre a *avaritia* (avareza) e a *usura*, e designa a *cupidez*, o desejo de lucro a soberba. (LE GOFF, 2004, p.06). Segundo Marta Poza Yagüe a partir das transformações sociais no século XII que refletiu no movimento de urbanização e o surgimento de relações de troca baseada no dinheiro, a imagem do usurário, com uma bolsa no colo, passou a substituiu a imagem do avaro. (YAGÜE, 2010, p. 11).

¹⁶ Segundo Claudia Roesler O Decreto de Graciano foi elaborado entre 1140 e 1145, em Bologna, pelo monge Graciano que era da ordem dos camaldolese. O Decreto está subdividido em partes: uma é composta das *distinctiones*, que abordam os alicerces do Direito Canônico e também sobre a diferenciação “entre direito divino, natural, humano, e a hierarquia eclesiástica e organização da Igreja”. A outra parte é composta pelas *causae*, que versam a respeito dos procedimentos da Igreja no que se refere às suas propriedades fundiárias e bens móveis, de sua jurisdição, sobre os castigos destinados à punição dos pecadores e ainda sobre o matrimônio. Na última parte é apresentada as *distinctiones*, que inform sobre as liturgias da Igreja (ROESLER, 2004, p. 05-10).

pela a ascensão social, não foram sujeitos passivos nas lutas sociais. Os indícios que atribuem ao comércio algo de pecaminoso e injusto, como a condenação da usura, podem ser considerados enquanto sinais para a apreensão de uma realidade “ofuscada” (GINZBURG, 1989, p. 177).

Segundo Aron Jakovlevič Gurevič o usurário era um devotado escravo do demônio. O usurário não descansava porque enquanto dormia ou se alimentava os seus lucros, frutos do empréstimo a juros, continuavam aumentando. Era o próprio dinheiro que gerava dinheiro, ou seja, através da venda do tempo (GUREVIC, 1989, p.169).

Influenciado pelas circunstâncias de incremento econômico ocorrida na Europa ocidental e, no caso da Inglaterra, pelos progressos da manufatura e exportação de lã nos século XII, sobretudo pelo mantimento de ralações comerciais com a Flandres, Goderico de Finchal se especializou no comércio à longa distancia e praticou a especulação financeira. A maneira para a aquisição do perdão, pelos anos dedicados a esses “roubos” que eram considerados a usura era abdicar de todos os seus bens na esperança de está reparando todos os danos cometidos. Nessa perspectiva, a salvação da alma do individuo que lucrou através de juros era possível através da devolução da fortuna, ilícita, para aqueles que haviam sidos prejudicados e “roubados” pelo mercador (GUREVIC, 1989, p.168).

A imagem a seguir, um exemplo da temática da usura esculpida em pedra que se espalhou por abadias de toda a Europa durante o século XII, sobretudo na Inglaterra, França e Itália, evidenciando a maneira pela qual o imaginário social operava no que se refere à usura e ao fim último de seus praticantes: o inferno¹⁷.

17 Segundo a pesquisadora Adriana Zierer, no imaginário medieval esse locus do Além era composto por chamas que queimava e atormentava interruptamente os pecadores que não buscaram, em vida, o arrependimento. Essa localidade estava na parte de baixo, em oposição ao Paraíso, localizado no alto, que era o local cheio de delícias, frutos, luz e paz onde se configurava como o destino daqueles que foram bons em vida. (ZIERER, 2011, p.02).

Imagem 2 - Castigo del avaro con la bolsa al cuello. Um homem esta sendo enforcado com uma corda no pescoço ligada a uma bolsa que se estende até o seu colo. Com a proibição da usura no século XII o usurário era condenado ao enforcamento pela corda tal como a tradição bíblica relata sobre a forma pela qual Judas Iscariotes se suicidou após ter traído Cristo. Yagüe, 2010.



Fonte: <<http://viajesjesus-diaz-larraona.blogspot.com.br/2010/03/1-francia-saint-foy-de-conques.html>>. Acesso em: 20 Mai., 2017

O usurário na iconografia estava sujeito a diversos castigos. Geralmente enforcado por uma corda ligada à bolsa, este último atributo distintivo do usurário, ele estava sob o tormento de demônios. A condenação simbólica da usura e, por conseguinte, da avareza, na qual o condenado aparece enforcado e portando uma bolsa no colo, remete à narrativa bíblica sobre a forma pela qual Judas Iscariotes se suicidou após ter traído Cristo. Quando Judas soube da prisão de Cristo então “ele [Judas], atirando para o templo as moedas de prata, retirou-se e foi-se enforcar.” A serpente, animal que assume a ideia de punição cometida por usurários e avaros, castiga aqueles que, através da fala, cometiam injúrias, blasfêmias e que, pelo dinheiro que possuíam, se consideravam melhores que as outras pessoas (ZIERER, 2014, p. 14).

O fenômeno da peregrinação no transcurso do século XII na Europa Ocidental fez com que a construção e difusão de esculturas com a temática da avareza nos tímpanos dos templos religiosos fosse visto pelos fieis. A temática da avareza acompanhada das punições e o fim último do usurário (o tormento eterno, o inferno) configurou-se como uma forma de advertência para os cristãos sobre a proibição dessa prática. Nesse sentido, a escultura o *Castigo del avaro con la bolsa al cuello*

mencionado acima, inculcava valores e medo frente à prática da usura, cuja natureza era condenada e ilícita. A difusão desse imaginário coletivo social através de esculturas é uma investida da Igreja contra às novas formas de trabalho e diversificação das atividades urbanas, baseadas no uso do dinheiro, ou seja, tinha por finalidade, ainda que dissimulada, se opor às transformações do edifício social, pretensamente formado por três ordens: o clero, o nobres e os servos (FLORY, 2005, p. 45).

O saco ou, mais precisamente, a bolsa em volta do pescoço chega a enforçar o personagem. A bolsa, segundo Marta Poza Yague, é um detalhe prestado à iconografia do avaro. A representação do avaro às vezes é acompanhada de figuras diabólicas que o atormentam de formas variadas. Nessa representação o personagem apresenta a cabeça inclinada e chega a tocar o próprio peito com o queixo, para reforçar a ideia de condenação através da inclinação da cabeça para baixo (YAGÜE, 2010, p.09).

A temática da usura foi difundida inicialmente na Espanha no transcurso do século XI durante o fenômeno de peregrinação religiosa e tinha a finalidade de lembrar aos peregrinos o fim último daqueles que praticassem avareza. Esse modelo de representação do avaro acompanhado de vários tormentos simbolizados pela presença de demônios e que potencializava os motivos da condenação foi difundido na Itália, Alemanha e também na Inglaterra durante o século XII (YAGÜE, 2010, p.11). Nessa perspectiva, a representação aponta para conflitos sociais que emergiram no contexto urbano que refletia a ascensão de novos segmentos sociais ligados às atividades diversas. A esse respeito, Georges Duby afirma que o desenvolvimento da economia baseada no dinheiro provocou “um deslocamento das pessoas na cena social”. Se o terceiro estado antes das transformações econômicas assinalava o trabalho laboral como pertencente à sólida imagem das três funções sociais, durante o século XII foi o *negotium*, o trabalho realizado por agentes sociais que não se dedicavam ao cultivo da terra e que por possuir dinheiro poderiam ocupar os lugares de poder, sobretudo os palácios (DUBY, p.1994, p. 353). O imaginário coletivo, nesse sentido, buscava através de seus agentes manter uma ordem que não correspondia de forma estreita à posse da propriedade fundiária e ao meio rural, ambientes que, como aponta Henry Pirenne, a Igreja se fez autoridade (PIRENNE, 1966, p. 19)

O estudioso Henri Pirenne ao discutir as novas relações sociais que se deram a partir do ressurgimento comercial enfatiza os contrastes entre o a ideia de lucro e o modelo ascético pregado pela Igreja. Para exemplificar essas relações, o autor cita uma anedota sobre um caso ocorrido em Pavia entre São Geraldo de Aurillac e alguns mercadores venezianos, no qual estes lhe ofereceram a venda de tecidos e especiarias. São Geraldo de Aurillac recusou a oferta, pois já havia obtido um tecido em sua visita a Roma, mas aproveitou o momento para mostrar e revelar o valor do referido produto aos mercadores. Estes consideraram que São Geraldo de Aurillac fez uma proveitosa aquisição, uma vez que em Constantinopla o preço do mesmo produto seria superior. Essa revelação fez com que São Geraldo de Aurillac sentisse ter cometido uma atitude avarenta, o que o levou a buscar em enviar ao vendedor a diferença do dinheiro (PIRENNE, 1966, p. 33).

Se considerarmos a concepção dos teólogos sobre a injustiça que o comércio podia acarretar, assim como o enunciado do século XII “O mercador não pode ou dificilmente pode agradar a Deus (*“homo mercator vix aut nunquam potest Deo placere”*) presente no acréscimo ao Decreto de Graciano, assim como a doutrina econômica da Igreja sobre o justo preço, vários foram os mercadores que, pelo medo do inferno, buscaram abdicar de todos os seus bens e distribuí-los aos pobres (CONTAMINE, 2000, p.201). Os conflitos sociais refletidos nessas representações são sinais de relações de poder, o que torna o imaginário social elaborado pela coletividade, segundo a concepção de Bronislaw Baczko, tentativas de resolução de conflitos sociais (BACZKO, 1985, p. 309).

Segundo Cornelius Castoriades o imaginário é um sistema complexo capaz de transformar e fazer emergir uma rede de representações, com sentidos variados, que interferem na vida social (CASTORIADIS, 1975, p. 1). O pesquisador José D’ Assunção Barros acrescenta que o imaginário social são as imagens, verbais e visuais, produzidas pelas sociedades. Essas imagens não existem por si só, mas são realidades presentes que emergem de uma realidade efetiva. Assim, o imaginário estaria relacionado ao contexto político, religioso e econômico. As representações e os símbolos fazem parte da complexidade do imaginário e são, nesse sentido, elementos

de como uma sociedade concebe uma realidade concreta (BARROS, 2011, p.91).

O ofício do mercador, compreendido como algo que não produz a matéria palpável, o objeto físico propriamente dito, se apresentava de forma dúbia na ótica dos teólogos. Assim, o pensamento cristão feudal que, sobretudo a partir do século XII, foi influenciado pelos ideais aristotélicos não concebia o dinheiro capaz de produzir dinheiro. A usura, enquanto a cobrança de uma taxa sobre o valor original emprestado era negada e proibida. Nessa concepção o dinheiro deveria atender às necessidade de troca, e não ser usada como um instrumento capaz de gerar riquezas (LE GOFF, 1991, p. 77)

A negação e a proibição da usura não constituía limite, segundo Aron Jakovlevič Gurevič, à atividade do mercador. Todavia, é necessário considerar que as acusações de prática usurária tinham autoridade e o seu controle era psicológico e também social. Nessa perspectiva, as sanções que recaía sobre os usurários, como a excomunhão, reBaixavam essa prática perante a sociedade, o que constituía a causa do “desdobramento do mundo espiritual do usurário” (GUREVIČ, 1991, p.170-1).

As estratégias do imaginário social utilizadas pela Igreja para difundir e legitimar a proibição da usura estavam presentes em textos do Antigo e do Novo Testamento (LE GOFF, 1991, p.74). Assim, o livro de Deuteronômio ensina que “não exigirás de teu irmão juro, nem de dinheiro, nem de comida, nem de coisa alguma por que se exigem juro”. (DEUTERONÔMIO 23:19). E no livro de Lucas o próprio Jesus Cristo adverte que “se emprestardes àqueles de quem esperais tornar a receber, que recompensa tereis? Também os pecadores emprestam aos pecadores, para tornarem a receber outro tanto.” (LUCAS 6: 34)

Segundo a rede de sentidos construída e difundida pelos teólogos cristãos baseados na interpretação econômica das Escrituras Sagradas o usurário se tornava um agente social abominável perante a Deus e aos homens. Até mesmo os outro pecadores, como assassinos e blasfemadores, por exemplo, cessam em algum momento, mas o pecado cometido pelo usurário é contínuo, pois o lucro através dos juro não para (GUREVIČ, 1991, p.169). Assim, pela prática da usura, na concepção

dos teólogos, se vendia também o tempo, que era uma propriedade de Deus, e não dos homens (LE GOFF, 1991, p. 75).

Nesse sentido o usurário estava sempre lucrando, pois o aumento dos juros não se interrompia e não possuía intervalo, o que desconsiderava a relação entre trabalho e o descanso. Essa interpretação condicionava a apreensão de que a usura era sempre um negócio injusto, uma vez que foi deixado por Deus um outro trabalho, aquele em que o homem garantia o seu próprio alimento através do cultivo, da transformação da matéria. Mas o usurário lucrava sem realizar esforço. Os atrasos, ou seja, a demora no reembolso por parte do devedor, que significava mais lucro para o prestador, representava a comercialização do tempo. Este, por sua vez, é um bem de todos, “por isso, quem vende a luz do dia e a calma da noite não deve possuir o que vendeu, isto é, a luz e o repouso eternos” (GUREVIČ, 1991, p. 169).

O imaginário social e as representações edificadas sobre a usura evidenciam os conflitos sociais e a busca dos dominadores em modelar, criar, difundir e refrear práticas. Segundo Henri Pirenne, o caso de Goderico de Finchal demonstra que no contexto das transformações econômicas e sociais do século XII o trabalho servil deixou de ser a regra para aqueles que não possuíam a terra (PIRENNE, 1973, p. 95). Para Philippe Contamine o crescimento econômico minou a concepção cristã-feudal em relação às atividades proibidas, uma vez que a realidade que se apresentava exigia uma postura flexível por parte dos clérigos e teólogos (CONTAMINE, 2000, p. 204). Foi no contexto dessas transformações sociais, políticas e econômicas que os mercadores antes de serem sujeitos, foram agentes desse processo.

As circunstâncias econômicas e sociais: a aceitação do mercador

O imaginário social sobre os mercadores, sobretudo na construção e difusão através da doutrina econômica da Igreja a respeito da proibição da usura e da concepção de que o comércio suscitava o anseio por lucro e o enriquecimento ilícito, faz parecer que as relações sociais efetivas foram marcadas pelo desprezo e pela condenação do mercador pela no meio social. O historiador Jacques Le Goff critica

essa proposição que tende a considerar o mercador como um excluído da sociedade (LE GOFF, 1991, p. 77).

Segundo o mesmo autor a realidade física¹⁸ se configurava de maneira diferente da projeção feita pelos teólogos sobre os mercadores e o seu ofício. Nessa perspectiva, não se deve conceber os mercadores como um segmento social marcado pela exclusão social, uma vez que as relações entre a Igreja e esse grupo se apresentaram de forma diferente do que os textos teológicos do século XII difundiam (LE GOFF, 1991, p. 78) As representações, difundidas através de textos escritos, como por exemplo, sobre a trifuncionalidade social difundida no século XII, em que a sociedade era vista de forma tripartida e funcional, onde o comércio e as outras atividades que não fosse orar, combater e cultivar eram desprezadas, atuava enquanto a projeção de uma realidade social “perfeita”, ideal aos olhos dos seus agentes. Não obstante, os mercadores, enquanto sujeitos sociais que na dinâmica das transformações sociais que aconteceram a partir do século XI assumiram papel de destaque¹⁹, não foram passivos frente a esse projeto ideológico difundido pela Igreja como tentativas de frear as mudanças sociais impulsionadas, sobretudo, pelo renascimento urbano e pelo ressurgimento do comércio. Os mercadores, assim como os artesãos e tecelões, segmentos sociais que ascenderam no conjunto da sociedade a partir da “revolução econômica” que se deu a partir de 1050, contribuíram para minar os alicerces do edifício do feudalismo (BLOCH, 1982, p. 92).

Segundo Georges Duby a expressão “revolução feudal” se refere às transformações no modo de produção, caracterizado pela difusão dos senhorios sobre a autoridade de um dominus, termo que designava um chefe laico e senhor de um

18 Termo utilizado por Carlo Ginzburg para se referir à questão do sabá, em que discuti se os acusados frequentavam ou não as reuniões noturnas que confessavam. Os pormenores das confissões dos réus sobre as reuniões noturnas presididas por uma divindade feminina – como, por exemplo, aponta o caso da confissão de Sabillia e Pierina no final do século XIV em Milão – onde, através de pressões, físicas e psicológicas exercidas pelos juizes, ora designavam a referida deusa pelo nome de Diane, Madona Horizonte ou Herodiades. Essa aparente confusão entre os nomes da deusa evidenciava relações de poder onde a busca da verdade – a de que as acusadas frequentavam, geralmente às quintas-feiras, as reuniões sabáticas – por parte dos inquisidores. Muito mais uma relação de prevailecimento do estereótipo dos inquisidores sobre o sabá, a afirmação dos acusados estavam “contaminada pela interpretação que eles [os juizes] lhe deram”. (GINZBURG, 1989, p.212). Nesse sentido, a analogia que se propõe a partir das concepções de Carlo Ginzburg busca analisar o imaginário social sobre o mercador como um instrumento de dominação, construído e difundido por grupos tradicionais interessados na conservação da ordem vigente, mas que foi contestado pelas transformações econômicas e o surgimento de novos segmentos sociais ligados à atividade urbana. (DUBY, 1994, p.352).

19 Segundo Henri Pirenne a partir do século XI o aumento da produtividade agrícola e aumento populacional contribuiu para o movimento de urbanização e para o revigoramento do comércio na Europa Ocidental. Para o mesmo autor os mercadores profissionais, um segmento social que dependia dos negócios comerciais, não como uma atividade ocasional, mas como uma “ocupação normal”, passaram a desempenhar papel essencial nas relações de troca. (PIRENNE, 1966, p.44). O negócio, como aponta Georges Duby, passou a substituir a terceira função, a do laborator, a do trabalho manual. Pela importância assumida pelo dinheiro nessas novas circunstâncias foi a função de negociador, a do negotium, o trabalho realizado por agentes sociais que não se dedicavam ao cultivo da terra, mas que tinha dinheiro, que passou a ocupar postos nos lugares de poder, sobretudo nos palácios. (DUBY, 1994, p.350).

castelo. Esse sistema de produção era marcado pela cobrança de impostos sobre os camponeses e também a cobrança de tributos de um *dominus* sobre todas as pessoas que eventualmente transportavam às estradas do território, sob a alegação de que deveriam pagar pela paz. As mudanças nas relações sociais, devido ao fim do Império Carolíngio, que significou a fragmentação do poder e, em consequência, a difusão dos senhorios, contribuíram para o desenvolvimento do trabalho em terras que não havia sido explorada no período anterior e também no processo de melhoramento das técnicas de produção agrícolas como, por exemplo, o aumento da área de produção da cultura de aveia para abastecer a guarnição do castelo (DUBY, p.1994, p.177).

Segundo Henri Pirenne as lutas sociais que emergiram desse contexto, marcado pela dominação dos proprietários dos latifúndios que retinham o domínio da produção agrícola e também pela dominação da Igreja, enquanto autoridade espiritual e também financeira fez parte das necessidades e anseios do segmento mercantil (PIRENNE, 1966, p. 56). Pela sua atividade os mercadores tinham necessidades de liberdade, ou seja, de realizar as viagens relativas aos seus negócios; de comprar mercadorias em outras regiões e de poder usufruir de seus bens. A liberdade, nesse sentido, passou a ser percebida pelos mercadores e também por outros segmentos sociais que habitavam as cidades (artesãos, artistas, juízes) como um direito indispensável. Assim, a transformação da liberdade em uma categoria jurídica, na Baixa Idade Média, correspondia aos interesses dos cidadãos: da burguesia, formada pelos mercadores que exigiam liberdade de circulação, de ir e vir e também dos vilões, que necessitavam de proteção contra eventuais tentativas de serem levados a contra gosto para o domínio que haviam fugido ou que fossem obrigados ao “costume”, ou seja, o dever de pagar os impostos ao seu senhor (ROSSIAUD, 1991, p.101).

A este respeito o historiador Georges Duby pontua que no decurso do século XII os camponeses estiveram expostos não apenas aos impostos, enquanto uma forma de pagamento frente à proteção que o senhorio lhe oferecia, sendo assim justificado as obrigações a que estavam submetidos, mas também à fiscalização e repressão empreendida pelos cavaleiros. No sistema de economia senhorial a cavalaria, enquanto agentes da opressão a serviço do *domini*, ligados pelo laço de

vassalagem, constitua um aspecto essencial do aparelho de exploração. Tinha a função de assegurar que os camponeses cumprissem com os seus deveres; pagassem os impostos e produzissem (DUBY, 1994, p.178).

A ideologia tradicional, baseada no cultivo da terra e no trabalho servil passou a ser questionada a partir do renascimento comercial e do ressurgimento das cidades. As possibilidades de ascensão social que as cidades proporcionavam atraíram, no século XII, segundo Jacques Rossiaud, grupos de cidades próximas e também, em maior medida, de pessoas do campo. Os camponeses e os pobres que chegavam na cidade buscavam novas formas de sobrevivência, através do comércio ou do trabalho manual. Uma única pessoa poderia ser experimentada em mais de uma profissão ao longo de sua vida. Assim, por exemplo, um artesão poderia se tornar rico através da mudança da atividade manual para o comércio (ROSSIAUD, 1991, p. 105).

A dinâmica social do meio urbano atrelada à diversidade de profissões provocou normas de sociabilidade que se baseavam no uso cotidiano do dinheiro. As atividades que as cidades proporcionavam eram diversas. Contudo, segundo Jacques Rossiaud, um aspecto que ressaltava a especificidade da cidade era a mentalidade mercantil. Essa expressão significa, o mesmo autor, que as formas de sociabilidade da cidade eram permeadas pela ideia de troca que moldava as práticas e os comportamentos dos agentes sociais. Nessa perspectiva, um mesmo artesão podia vender o produto final de seu trabalho, assim como o “proprietário vende um quarto ou um terreno, o jurista vende os seus conhecimentos de direito, o professor vende a sua cultura, o operário vende a sua força física e a prostituta vende o seu corpo”. Essa valorização do dinheiro, que rege as relações sociais, constrói e difunde o modelo social que tinham o burguês como seu principal representante (ROSSIAUD, 1991, p.115).

Segundo o historiador russo Arón Yákovlevich Gurévich, em relação à atividade profissional dos mercadores, a sociedade baixo medieval se posicionava de maneira controversa (GUREVIC, 1989, p.166). Se na teoria os teólogos, que desde alta Idade Média e sobretudo a partir de São Tomás de Aquino, consideravam o comércio como algo pecaminoso e injusto, na prática o mercador recebeu o endosso

da Igreja. Pelas dificuldades que enfrentavam, pelos perigos que as viagens além-mar poderiam significar e pelos serviços que prestavam, a sua atividade foi gradativamente justificada e aceita socialmente (LE GOFF, 1981, p.80).

E, mais ainda, não teria sido o ressurgimento das cidades, efeito das transformações econômicas e a pressão provocada por novos segmentos sociais (artesãos, juristas e artistas) estabelecidos em localidades urbanas que impulsionaram uma mudança de postura da Igreja Católica com a normatização da Trégua de Deus no Concílio de Latrão de 1179 que assinalou a busca de proteção para aqueles que se dedicavam ao comércio? O labor itinerante dos mercadores e as suas constantes viagens eram consideradas, assim, quando da observância e cumprimento de alguns preceitos do catolicismo, como por exemplo, aqueles que os manuais de confessores apontavam: a desobrigação do jejum e do descanso aos domingos (LE GOFF, 1991, p. 77).

No meio político e financeiro a nobreza convocava os mercadores para lhe prestarem serviços, como a diplomacia e administração das finanças internas. A ajuda econômica e política prestada pelos mercadores ao poder monárquico pode revelar o significativo papel que esse segmento social assumiu. Todavia, as representações construídas sobre o mercador transmitiam uma rede de sentidos onde o comércio, na perspectiva da doutrina econômica da Igreja, era concebido como não agradável a Deus, pois gerava usura. Nessa perspectiva, essas relações que ora exaltavam ou ora recusavam o mercador enquanto um profissional digno são indícios de relações de poder e tentativas de grupos dominantes em modelar comportamentos e práticas.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hagiografia A Vida de São Godericoo, verificamos as atividades comerciais e os imaginários sobre os mercadores no alvorecer das transformações sociais e econômicas que se deram a partir do século XI. O anunciar dessas transformações possibilitou o desenvolvimento de novos segmentos sociais ligados ao meio urbano e que, por isso, ameaçavam a ordem vigente. Não foi por acaso que o desenvolvimento da ideologia da trifuncionalidade, que desconsiderava o mercador como um participante necessário à composição do corpo social, segundo os teólogos e, também, o aprimoramento da ideia de usura e dos castigos que recaiam sobre aqueles que assim procediam, foram os aspectos que marcaram esses novos tempos do medievo.

O mercador, é preciso enfatizar, participou ativamente dessas transformações. Por outro lado, ligado que estava ao meio urbano e ao comércio, praticando atitudes “detestáveis” segundo a ótica da Igreja, muitos deles não hesitaram em abandonar

o mundo dos negócios e buscar o arrependimento por terem praticado “coisas abomináveis” no exercício de sua profissão. Como discutido nesta monografia, o medo do inferno, muito mais que o desejo de ir para o Paraíso provocou entre eles as reações que consistiam no abandono do mundo dos negócios e a inclinação em seguir uma vida religiosa.

Os motivos para o abandono dos negócios estavam ligados às questões espirituais, como a preocupação com os locus do Além. O medo do Diabo e do inferno, afligia todas as pessoas na Idade Média. Entre os mercadores, especificamente, devido às “coisas abomináveis” que haviam cometido, como a acusação de venderem o próprio tempo por meio da usura e também pelo enriquecimento ilícito por meio da especulação financeira. Este último aspecto era tido pela Igreja com um enriquecimento injusto porque se dava em função da desgraça dos outros. Em uma época na qual algumas regiões da Europa Ocidental havia a escassez de alimentos, devido ao aumento populacional e a desproporcionalidade da produção agrícola, não obstante os progressos e o melhoramento das técnicas de produção, possibilitava a obtenção de lucros por meio da venda de mercadorias onde a sua escassez se fazia presente.

Assim, a difusão da proibição da usura como o *Castigo del avaro con la bolsa al cuello*, escultura em pedra que representava castigos espirituais aos usurários contribuiu também para o arrependimento em relação ao tempo dedicado ao comércio. O mercador, nesse sentido, tinha que buscar ressacir as pessoas que ele havia “roubado”. A bolsa presente no colo do personagem da referida escultura remetia a um sistema simbólico em que a usura era uma prática vergonhosa, detestável aos olhos de Deus e dos homens. Caso o mercador não buscasse o arrependimento, através da doação de seus bens aos pobres ou aos mosteiros, ele, que também era um usurário, seria condenado.

A hagiografia sobre São Goderico de Finchale, nesse sentido, enquanto a projeção de um modelo de santidade a ser seguido, apontava para a necessidade de uma vida ascética. Quando Godric de Finchale resolveu se dedicar à vida religiosa, abdicou de todos os seus bens adquiridos através do comércio e, por extensão, da

prática especulativa. O conceito de usura reforçado, no século XII, previa castigos espirituais aos usurários, como percebido em o *Castigo del avaro con la bolsa al cuello*. Foi possível, nessa perspectiva, estabelecer uma relação dialógica entre o discurso hagiográfico e as Regras Beneditinas, o que possibilitou a identificação de elementos que legitimavam a vida ascética como modelo indispensável a ser seguido.

A culminância, o resultado final que alcançou São Godric de Finchale, era, nessa perspectiva, o ideal a ser seguido pela cristandade. Ele resolveu seguir a Cristo após se arrepender da vida de comerciante que havia tido. A hagiografia, segundo os seus construtores, atuava enquanto a projeção de uma realidade social ideal. Aliado a esse ideal a ser seguido, cujos resultados foram o abandono da atividade comercial e das práticas que comportavam o pagamento de juros, o mercador atuou ainda em um contexto em que se difundiu a ideologia da trifuncionalidade. O mercador, enquanto um exemplo dos segmentos sociais que questionavam a ordem vigente pelo gênero de vida que levavam, logo foram um dos alvos da ideologia que enfatizava as funções que a sociedade comportava, ou pelo menos as únicas indispensáveis: a função religiosa, constituída pelos padres, a função de guerreiros, formada pelos nobres e a função alimentadora, a cargo dos servos.

Consideramos também que a realidade física, por outro lado, não se apresentava tal e qual os discursos dos teólogos pretendiam. Nesse sentido, as relações que ora exaltavam, ou ora rejeitavam o mercador enquanto um profissional digno eram indícios de relações de conflitos e tentativas de grupos influentes em modelar condutas e ações sociais. O edifício social em que a Igreja se constituía como autoridade moral e financeira, e ao mesmo tempo, guardiã das tradições, passou a ser minado pela a insurgência de novos segmentos sociais ligados às atividades urbanas. Esse contexto provocou a reação de segmentos da Igreja ligadas que estava à aristocracia, em parar, ou pelo menos amenizar, os efeitos que o renascimento das cidades e o ressurgimento do comércio haviam provocado nas estruturas do edifício social.

Os aspectos que vimos nesta monografia sobre a atividade profissional do “pé poeirento”, expressão atribuída metaforicamente aos mercadores itinerantes pelo historiador belga Henri Pirenne, iluminou as evidências de como o imaginário social operava e em que discursos se apoiava para legitimar as tentativas de dominação sobre o segmento mercantil (PIRENNE, 1973, p. 97). À guisa de conclusão, gostaríamos de enfatizar que esta monografia sobre a construção do imaginário social dos mercadores itinerantes na Baixa Idade Média, longe de esgotar a temática, pode ser comparada à uma chave que, esperamos em breve, ser possível abrir as portas para novos estudos sobre outros aspectos culturais correlacionados à cultura dos mercadores na Baixa Idade Média.

REFERÊNCIAS

Documentação textual

DURHAN, Reginald of. "Life of St. Godric" IN: COULTON, George Gordon. Social life in Britain from the Conquest to the Reformation. London: Cambridge University Press, 1918, p. 415-420.

Obras de Orientação Teórico-metodológicas:

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social In: LEACH, Edmund. Anthropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CASTORIADIS, Cornelius. La institucioón imaginaria de la sociedade. Barcelona: Ensayos Tusquets, 1975.

GINZBURG, Carlo. A micro-historia e outros ensaios. Tradução de Antoni Narino. Lisboa: Memoria e Sociedade., 1989.

Obras de orientação historiográfica

AMBONI, Vanderlei. O mercador nas feiras da idade média: a civilidade do ato de comprar e vender. In: JORNADA DE ESTUDOS ANTIGOS E MEDIEVAIS, 2., 2011, Maringá. Anais... Maringá:UEM, 2011. p.01-15.

ANTONETTI, Guy. A economia medieval. Tradução: Hilário Franco Júnior. São Paulo: Atlas, 1977.

BLOCH, Marc. A sociedade feudal. Lisboa: Edições 70, 1987.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. A Idade Média: O nascimento do Ocidente. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

_____. A primeira manifestação do crescimento econômico ocidental: a Europa feudal dos séculos XI-XIII. Revista de História, São Paulo, v., n.116, out./nov., 1984. Disponível em: <file:///C:/Users/Cliente/Downloads/61363-79110-1-SM.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2017.

CARDOSO, Ciro Flamarion; Ronaldo Vainfas (Orgs.). Domínios da história: Ensaios de teoria e metodologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

DUBY, Georges. As três ordens ou o imaginário do feudalismo. Tradução: Maria Helena Costa Dias. 2. ed. Lisboa: Estampa, 1994.

GUREVIČ, Aron Jakovlevič. O mercador. In: LE GOFF, Jacques (Org.). O Homem medieval. 1. ed. Lisboa: Presença, 1989.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do Homem. Rio de Janeiro:Zahar, 1981.

LE GOFF, Jacques. O Homem medieval. 1. ed. Lisboa: Presença, 1989.

_____. Mercadores e Banqueiros da Idade Média. Tradução: Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LOYN, Henry Royston, (org.). Dicionário da Idade Média. Tradução: Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

METRI, Maurício Medici. Poder, moeda e riqueza na Europa medieval. Tese (Doutorado em Economia Medieval) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

PERNOUD, Régina. Luz sobre a Idade Média. Tradução: Antônio Manuel de Almeida Gonçalves. Portugal: Publicações Europa-América. 1996.

PIRENNE, Henry. Historia económica y social de la Edad Media. México: Fondo de cultura econômica, 1939.

_____. As Cidades na Idade Média. Editora Europa-América, Lisboa, 1973.

REIS, Jaime Estevão dos. Os Manuais de mercadores da Idade Média: Uma análise Comparada do Zibaldone Da Canal e o La Pratica Della Mercatura. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v.9, n.1, jun./jul., 2015.

ROMERO, José Luis. Estudio de La mentalidade burguesa. 1º ed., 3º reimp. Buenos Aires: Alianza, 1999.

ROSSIAUD, Jacques. O cidadão e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques. O Homem medieval. Editorial Presença, Lisboa, 1989.

THORNTON, John K. A África e os africanos na formação do mundo atlântico (1400-1800). Tradução de Marisa Morta. Rio de Janeiro: Capus., 2004.

FLORY, Suely Fadul Villibor (Org.). Narrativas ficcionais: da literatura às mídias audiovisuais. São Paulo: Arte & Ciência, 2005.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: _____. (org.) História no plural. Brasília: UNB, 1994.

YAGÜE, Marta Poza. La avaricia. Revista Digital de Iconografía Medieval, Madrid, vol. 2, n. 4, 2010, p. 9-19. Disponível em: <<http://viajesjesus-diaz-larraona.blogspot.com.br/2010/03/1-francia-saint-foy-de-conques.html>>. Acesso em: 20/05/2017.

ZIERER, Adriana. Paraíso, Purgatório e Inferno: a Religiosidade na Idade Média. Revista Mirabilia, São Luís, v. 12, n.12, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.revistamirabilia.com/sites/default/files/pdfs/2011_01_00.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2017.

Sobre o Autor

Raimundo Carvalho Moura Filho

É professor efetivo de História desde de 2020 na rede de educação básica de Imperatriz/MA. É licenciado em História (UEMASUL, 2017) e em Pedagogia (Grupo Educacional IBRA, 2022). Tem Pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão (UEMASUL). É mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás. É Membro/pesquisador do Núcleo de Estudos Multidisciplinares de História Antiga e Medieval (NEMHAM-CNPq/UEMA) e do Laboratório de Estudos Medievais (LEME/UFG). Cursa doutorado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. É pesquisador na Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM). No mestrado estudou as representações acerca dos ideais de vida religiosa eremítico e cenobítico, a partir de discursos hagiográficos (vida de santos) entre os séculos XI e XII. Tem experiência em História da Igreja medieval e em História da Filosofia, com ênfase em Filosofia Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: antropologia afetiva, as concepções acerca da alma e do corpo, e relações interpessoais nos escritos do abade cisterciense Aelredo de Rivelaux (1110-1167 d.C).

Índice Remissivo

A

Alta Idade Média 11, 14, 17, 18, 20, 25, 26, 28

C

idades 14, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 37, 39, 40, 41, 42, 46, 59, 60, 61, 64

comerciais 15, 17, 19, 20, 22, 27, 32, 34, 36, 38, 39, 40, 41, 42, 46, 47, 49, 52, 58, 62

comércio 9, 11, 13, 14, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 42, 43, 46, 47, 48, 51, 52, 55, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64

conflitos 15, 45, 54, 55, 57, 64

crescimento 11, 13, 14, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 26, 29, 37, 41, 57, 66

cristã 19, 25, 27, 42, 43, 50, 57

cristãos 21, 28, 32, 36, 39, 42, 53, 56

cultura 7, 9, 10, 59, 60, 65, 67

D

dinheiro 9, 13, 14, 36, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 60

E

economia 14, 17, 19, 20, 22, 23, 25, 26, 27, 33, 46, 49, 54, 59, 66

econômica 9, 18, 19, 22, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 46, 55, 56, 57, 58, 61, 67

econômicas 12, 15, 17, 20, 22, 23, 27, 29, 43, 46, 51, 54, 57, 58, 61, 62

econômico 11, 14, 15, 18, 19, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 49, 52, 55, 57, 66

empréstimo 13, 14, 36, 51, 52

Europa Ocidental 15, 19, 20, 22, 24, 26, 29, 32, 39, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 53, 58, 63

F

feiras 11, 17, 20, 26, 27, 32, 33, 34, 37, 38, 39, 40, 58, 66

H

história 9, 29, 66

historiográfica 9, 12, 22, 66

I

Idade Média 6, 9, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 28, 47, 48, 49, 59, 60, 63, 65, 66, 67

ideológico 58

Igreja 11, 13, 14, 25, 28, 42, 47, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 68

ilícitos 14

imaginário 10, 15, 44, 45, 47, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 65, 66, 67

invasões 18, 19, 20, 22, 27

J

judeu 13, 14

jurídica 21, 26, 59

juros 13, 14, 50, 51, 52, 56, 57, 64

L

língua 9

linguística 9

M

medieval 2, 7, 9, 16, 17, 20, 29, 30, 31, 39, 43, 44, 51, 52, 60, 66, 67, 68

medievalistas 9, 10

medievo 14, 21, 62

mercador 2, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 25, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 66

mercadores 7, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 27, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 67

mercadorias 17, 20, 21, 23, 26, 27, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 59, 63

militar 21

moedas 15, 19, 20, 27, 28, 36, 40, 53

mulçumanas 18, 20, 22, 23

N

negócio 14, 41, 47, 49, 57, 58

núcleos 20

O

Ocidente 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 31, 32, 42, 43, 66

Oriente 15, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 32, 36, 37, 39, 40, 41, 42

P

poder 9, 20, 27, 28, 38, 42, 45, 50, 54, 55, 58, 59, 61

política 9, 27, 61

político 55, 61

povos 18

processo 15, 17, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 36, 49, 57, 59

produção 9, 10, 20, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 58, 59, 63

profissão 14, 35, 43, 60, 63

profissional 11, 15, 29, 31, 33, 44, 60, 61, 64, 65

R

relações comerciais 18

S

século XII 6, 15, 24, 29, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 39, 42, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 64

serviços 21, 24, 37, 47, 61

social 10, 15, 16, 21, 24, 25, 37, 44, 45, 47, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 64, 65, 66, 67

sociedade 16, 20, 30, 31, 44, 45, 49, 50, 51, 56, 58, 60, 64, 66

sociedades 23, 47, 55

sócio-econômicos 9

T

tecnologias 15

tecnológicas 23

terminologia 9

trabalhadores 24, 26

trabalho 7, 9, 21, 24, 25, 36, 46, 49, 51, 54, 57, 58, 59, 60

U

universidades 9

urbano 13, 17, 22, 23, 25, 26, 29, 46, 49, 51, 54, 58, 60, 62

V

vida 7, 14, 15, 19, 22, 33, 45, 47, 48, 49, 50, 52, 55, 60, 63, 64, 67, 68



AYA EDITORA
2023